

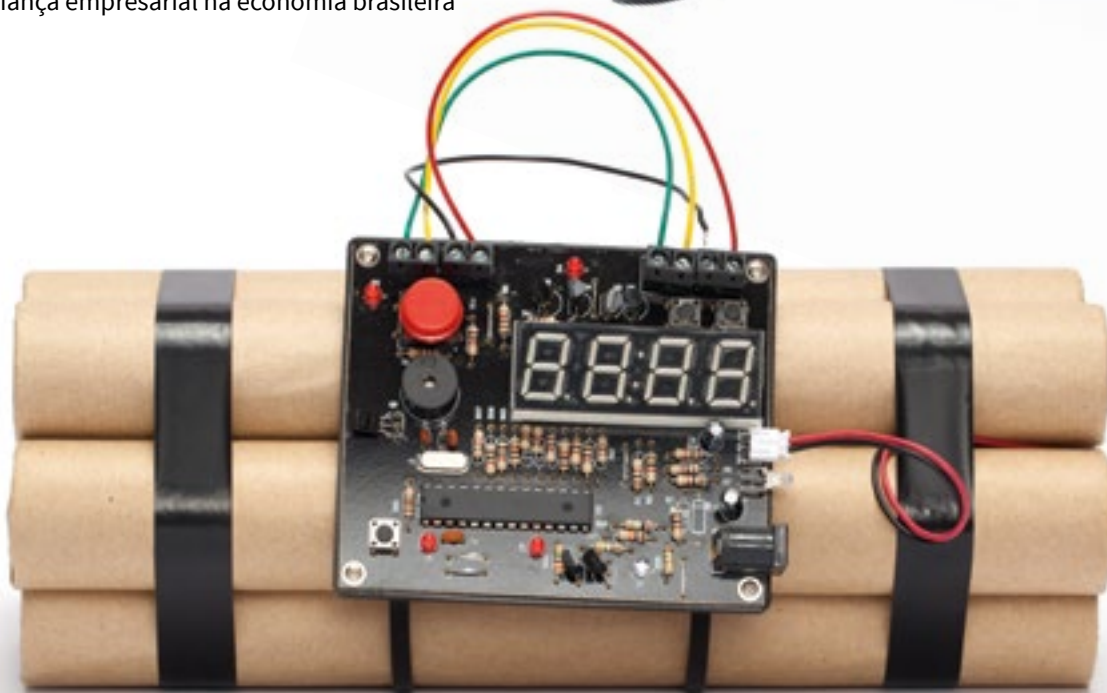
Indústria Brasileira

Revista da Confederação Nacional da Indústria ► Ano 4 nº 35

julho 19

A bomba fiscal começa a ser desarmada

A aprovação da reforma da Previdência pode dar equilíbrio ao orçamento federal e recuperar a confiança empresarial na economia brasileira



SANEAMENTO ► Projeto de lei afasta investimento privado
NOVOS NEGÓCIOS ► CNI define com BRICS a abertura de escritórios no Brasil
WORLDSKILLS 2019 ► A reta final na preparação para Kazan (Rússia)

**No Brasil ou no exterior,
só tem um mundo
que o seu produto precisa
ganhar: o do
seu cliente.**

Há 20 anos, a Rede CIN apoia empresas a irem mais longe. Prova disso são os mais de 680 mil atendimentos para 113.095 indústrias durante esse período. São empresas que, por meio de capacitações, inteligência de mercado e reuniões de negócios, entre outros serviços, conseguiram realizar a internacionalização dos seus negócios.

Quer conquistar mais clientes no mercado internacional? Acesse cni.com.br/assuntosinternacionais, veja os serviços disponíveis e muito mais.

Carta ao leitor

Há dez anos, a crise econômica grega era uma das maiores preocupações no cenário mundial devido, entre outras razões, à gravidade da sua situação fiscal e à dificuldade do país em lidar politicamente com os problemas domésticos. Nas contas públicas, a rubrica previdenciária tinha sido, por anos, a tradução contábil de uma bomba-relógio. As aposentadorias gregas eram concedidas com regras diferentes, em vários sistemas, com distintos privilégios e sem preocupação com as gerações futuras.

Se é verdade que a situação fiscal brasileira de hoje é mais confortável que a grega da década passada, também é certo que os problemas têm algumas origens semelhantes. Por isso, antes que o país chegue, por aqui, a novo colapso econômico, os agentes políticos precisam aprender com as lições do passado e aprovar, o quanto antes, a reforma da Previdência. Sem novas regras sustentáveis, a política fiscal vai ruir, dizem especialistas ouvidos pela revista nesta edição.

Um deles, José Márcio Camargo, economista-chefe da Genial Investimentos, diz que não há razão para adiar a aprovação da reforma e assegurar a solvência do setor público brasileiro. “A reforma da Previdência Social é absolutamente fundamental do ponto de vista fiscal. O Brasil tem 9,5% da população com 65 anos ou mais e

gasta 14% do Produto Interno Bruto (PIB) com previdência e assistência social”, diz ele. Países com nosso perfil demográfico gastam, em média, muito menos: cerca de 4,5% do PIB, relata Camargo.

Neste mês, a *Indústria Brasileira* também descreve o debate legislativo a respeito do novo marco regulatório das concessões de água e esgoto no país. Trata-se de um tema importante para a população, ainda pouco assistida nesse setor, e relevante para a economia, pois novos investimentos poderiam ajudar a estimular o crescimento e gerar empregos. Entretanto, o Congresso Nacional discute uma proposta que não estimula a participação da iniciativa privada nessa área – ao contrário, afasta –, sem nenhum compromisso com a eficiência e a oferta dos serviços.

Outros temas neste número são a chegada ao Brasil do Novo Banco de Desenvolvimento (o Banco do BRICS), num acordo com a Confederação Nacional da Indústria, uma entrevista com o deputado federal Sérgio Souza (MDB-PR) sobre a atualização das regras de licenciamento ambiental para futuros investimentos e os últimos detalhes da preparação da delegação brasileira para a competição da *WorldSkills* de Kazan (Rússia), em agosto.

Boa leitura!

▼ *Conheça o Sistema Indústria*

CNI

facebook ► [cni brasil](#)
flickr ► [cniweb](#)
instagram ► [cni br](#)
twitter.com ► [cni_br](#)
linkedin ► [cni-brasil](#)
youtube ► [cniweb](#)

SESI

facebook ► [SESi Nacional](#)
youtube ► [sesi](#)
linkedin ► [sesi-nacional](#)

SENAI

facebook ► [senainacional](#)
instagram ► [senai_nacional](#)
twitter ► [senainacional](#)
youtube ► [senair](#)
linkedin ► [senai-nacional](#)

IEL

facebook ► [IELbr](#)
instagram ► [ielbr](#)
twitter ► [iel_br](#)
linkedin ► [iel-nacional](#)

sumário

6 ARTIGO DO PRESIDENTE

8 REPORTAGEM DE CAPA

A reforma da Previdência é urgente e dela dependem a solidez fiscal e a recuperação da confiança empresarial na economia do país

16 TRAMITAÇÃO

Entenda como será o sistema de votação das mudanças previdenciárias na Câmara dos Deputados e depois, no Senado Federal

18 PELO MUNDO

Economias de várias regiões do globo vêm alterando as regras para aposentadorias e pensões devido às mudanças demográficas

22 JOSÉ MÁRCIO CAMARGO

Economista da Genial Investimentos diz que país pode quebrar se não aprovar novo marco previdenciário

24 INDÚSTRIA EM AÇÃO

Conheça as 15 empresas vencedoras do *Prêmio Nacional de Inovação*, divulgado em junho

26 AGENDA LEGISLATIVA

O debate sobre a atualização das regras para serviços de água e esgoto afastam a iniciativa privada

30 BANCO DO BRICS

CNI firma acordo e Brasil deverá ter dois escritórios do Novo Banco de Desenvolvimento, um em São Paulo e outro em Brasília

34 ENTREVISTA

Deputado Sérgio Souza (MDB-PR) antecipa as tendências das futuras regras de licenciamento ambiental

36 FRUSTRAÇÃO

Pesquisa *Investimentos na Indústria* mostra que investimentos planejados para 2018 não ocorreram como o previsto

38 TERMÔMETRO

Indicadores Industriais mostra recuperação gradual e constante na atividade industrial

40 GIRO BRASIL

Industriais goianos se reúnem com investidores árabes para avaliar potencial de negócios

42 WORLDSKILLS

Treinos se intensificam na reta final para a competição, que ocorrerá em agosto na cidade russa de Kazan

46 OUTRA VISÃO

Percy Soares Neto, da ABCON, discute as oportunidades de investimento no setor de água e esgoto

Revista Indústria Brasileira

Publicação Mensal da Confederação Nacional da Indústria - CNI
www.cni.org.br

Confederação Nacional da Indústria – CNI

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES

Paulo Antonio Skaf; Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glauco José Côrte; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

DIRETORES

Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edílson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasai; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

CONSELHO FISCAL

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

Superintendência de Jornalismo

CNI/SESI/SENAI/IEL

SUPERINTENDENTE

José Edward Lima

GERENTE-EXECUTIVO DE JORNALISMO

Rodrigo Caetano

GERENTE-EXECUTIVA DE MÍDIAS SOCIAIS

Mariana Flores

Desenvolvimento e Produção

FSB COMUNICAÇÃO

Consultor editorial:

Wladimir Gramacho

Jornalista Responsável:

Rachel Mello (DF 3877/95)

Reportagem:

Vivaldo de Sousa

e Marina Simon

Projeto Editorial:

Guto Rodrigues

Revisão de texto:

Renata Portella

Capa: Gettyimages

Informações técnicas:

tel (61) 3317-9472

fax (61) 3317-9456

revistacni@cni.org.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

Reforma da Previdência: uma vitória do realismo

► Robson Braga de Andrade é empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)



O BRASIL deu uma demonstração de maturidade com a aprovação, ainda em primeiro turno, da reforma da Previdência. A maioria da população entendeu a necessidade de alterar as obsoletas regras hoje em vigor, e os deputados fizeram a sua parte numa votação expressiva. O entendimento político em torno da proposta abre o caminho para a votação final na Câmara dos Deputados em agosto e, posteriormente, a apreciação

no Senado. A conclusão do processo neste ano deve inaugurar um novo tempo de otimismo no país.

A reforma vai reduzir o déficit da Previdência a médio e longo prazos, sendo imprescindível para o reequilíbrio das contas do Tesouro Nacional e para o aumento dos investimentos públicos. A confiança na solvência do Estado vai levar empresários, tanto brasileiros quanto estrangeiros, a tirar das gavetas projetos que haviam sido adiados à espera de uma conjuntura mais favorável. A consequência óbvia disso tudo será um estímulo à geração de empregos e ao crescimento da economia num ritmo mais forte.

Após a conclusão da reforma, as atenções políticas se voltarão para o debate de outros temas também essenciais para a melhora do ambiente de negócios no país. Entrarão na pauta, de maneira mais decisiva, a reforma tributária, o fim do pesadelo burocrático a que empresas e trabalhadores estão sujeitos, o aumento da segurança jurídica para os empreendimentos e a privatização de estatais. Nossa economia terá



condições de se tornar mais competitiva nos planos interno e externo, com mais dinamismo e produtividade.

Nos termos em que está sendo analisada no Congresso, a reforma da Previdência combate privilégios, e estabelece uma idade mínima para a aposentadoria de homens e mulheres. Pode resultar numa economia de até R\$ 900 bilhões num período de 10 anos, segundo estimativas, e vem ganhando cada vez mais apoio dos trabalhadores brasileiros. Da mesma forma, deputados de todos os matizes ideológicos, à direita e à esquerda, votaram a favor da reforma – essa ampla aceitação deve se repetir no Senado.

A essa altura das discussões, não é novidade para ninguém que a reforma é necessária para a sobrevivência do sistema previdenciário. Tendo em vista as bem-vindas mudanças demográficas no país, com as pessoas vivendo cada vez mais, a alteração das regras de concessão dos benefícios é inescapável. Sem a revisão das normas, o próprio pagamento das aposentadorias e dos demais benefícios estaria ameaçado

em pouco tempo, o que provocaria uma crise social sem precedentes em território brasileiro.

A aprovação em primeiro turno na Câmara foi uma vitória do realismo, mas alguns aspectos importantes ainda ficaram de fora. Mesmo sob o protesto de vários governadores, de mãos atadas diante da situação fiscal insustentável, os estados foram excluídos da reforma. Com as finanças destruídas e o orçamento praticamente todo tomado pela folha de pagamentos do funcionalismo, os governos estaduais precisam reduzir suas despesas previdenciárias. Esse aspecto da reforma deve voltar ao debate no Senado.

Sob todos os pontos de vista, a reforma da Previdência Social será positiva para o Brasil. Com ela, será possível assegurar o bem-estar dos idosos, trazer mais justiça social, sanear as contas públicas, estimular o crescimento econômico e dar boas perspectivas para as futuras gerações. A indústria brasileira continuará trabalhando com afinho pela aprovação dessa iniciativa. ■

►
Câmara dos Deputados
aprovou em primeiro
turno o projeto de
reforma da Previdência
por ampla maioria,
animando a base do
governo, analistas e o
setor privado





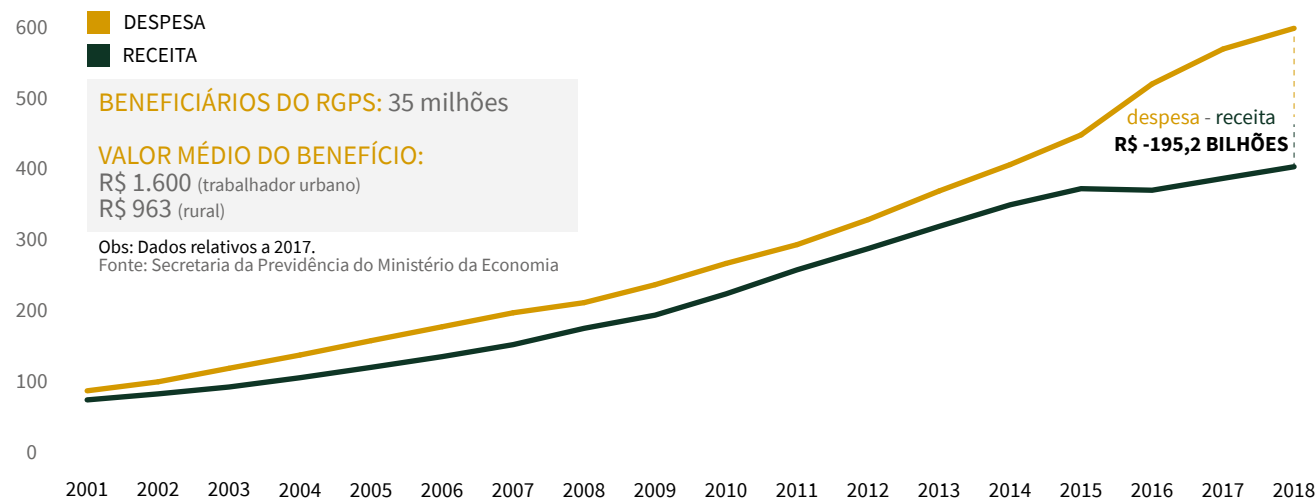
A reforma precisa sair

SE O CONGRESSO NACIONAL NÃO APROVAR NOVAS REGRAS PARA A PREVIDÊNCIA, O TETO DE GASTOS PODE ANIQUILAR NÃO SÓ A CAPACIDADE DE INVESTIMENTOS DO GOVERNO FEDERAL, MAS TAMBÉM A CONFIANÇA NA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

É VERDADE que a reforma da Previdência não é condição suficiente para a retomada do crescimento econômico de maneira sustentável no país. Outras ações governamentais e mudanças legislativas precisam ser aprovadas para que o país recupere a confiança dos investidores nacionais e estrangeiros. Mas é ainda mais verdadeiro que a mudança nas regras de aposentadorias e pensões representa um passo necessário para melhorar desde já as expectativas sobre o controle das contas públicas. Essa é a opinião consensual de empresários, dirigentes e economistas ouvidos pela revista *Indústria Brasileira*. Por isso, o dia 10 de julho pode ter marcado uma etapa importante no longo processo de recuperação econômica do país desde a grave crise inaugurada em 2015. Mesmo com mudanças em relação ao projeto original, o texto aprovado no plenário da Câmara dos Deputados, com 379 votos a favor e 131 contra, deve produzir uma redução de gastos de R\$ 933,5 bilhões no prazo de dez anos e desanuviar, desde já, o horizonte econômico.

CADA VEZ PIOR NO SETOR PRIVADO...

Evolução do resultado financeiro do RGPS
(em R\$ bilhões correntes)



▲
Fonte: Fluxo de
Caixa INSS/Dataprev.
Elaboração SPREV/
Ministério da Economia

“Temos um problema muito sério do ponto de vista fiscal. Evidentemente, não podemos continuar tendo uma Previdência que vai consumir praticamente toda a arrecadação com a qual o país conta hoje”, diz Humberto Barbatto, presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). “É fundamental que se resolva esse problema para que as contas públicas possam ter um equilíbrio. No momento em que você conseguir fazer essa correção de rota da Previdência, você começará a tornar a própria economia do país mais confiável”, resume o dirigente. O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), Beto Studart, concorda: “a aprovação da reforma e a consequente solidez fiscal são sinalizações essenciais para a atração de investimentos”.

CRITÉRIOS MAIS JUSTOS

Os principais pontos do texto aprovado na comissão especial preveem uma idade mínima para a aposentadoria dos trabalhadores urbanos, de 62 anos para mulheres e de 65 anos para os homens, com regras de transição para quem está próximo de se aposentar nos próximos dois anos. A idade mínima dos trabalhadores rurais foi mantida em 55 anos para as mulheres e 60 para os

homens. Nos dois casos, o tempo de contribuição mínima será de 20 anos para os homens e de 15 para as mulheres. O projeto ainda passará por uma nova votação na Câmara dos Deputados antes de ser enviado para discussão no Senado Federal.

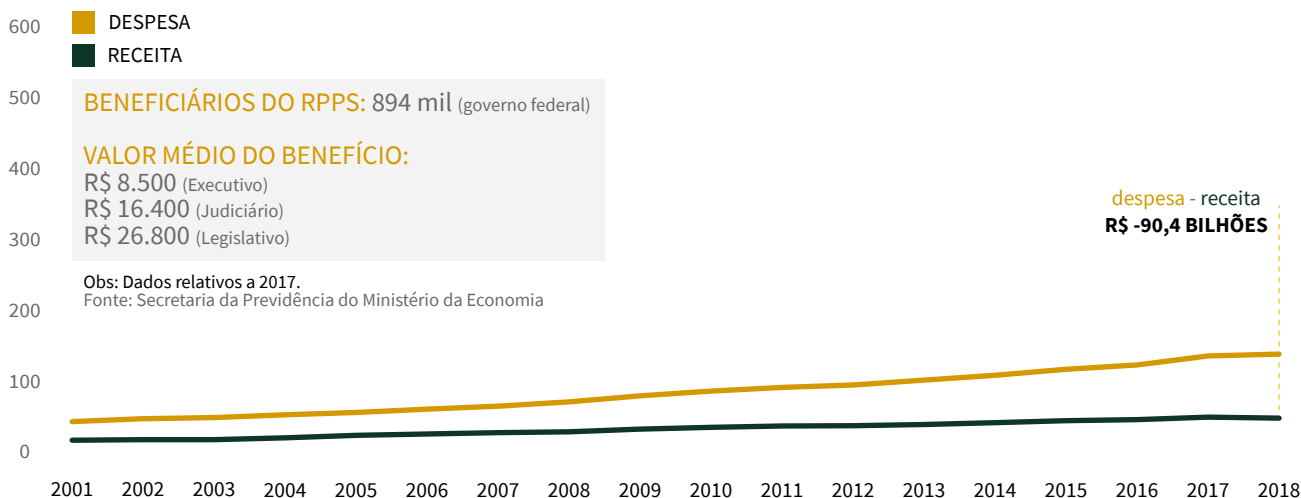
A proposta prevê, ainda, que os professores poderão se aposentar aos 57 anos (se mulheres) ou 60 anos (se homens), com tempo de contribuição de 25 e 30 anos, respectivamente. Na votação dos destaques, foram aprovadas regras que permitem a profissionais da área de segurança pública federal da ativa se aposentarem aos 53 anos (se homens) ou 52 anos (se mulheres), beneficiando, entre outros, delegados da Polícia Federal. Outra emenda aprovada permitiu aos professores da ativa se aposentarem três anos antes do previsto na proposta aprovada na comissão especial.

Pelo texto aprovado, que ainda poderá ser alterado no Senado, as novas regras não valerão para os servidores estaduais e municipais com regime próprio de Previdência. Também ficará de fora a proposta de criar um regime de capitalização e a desconstitucionalização de regras previdenciárias, o que facilitaria novas mudanças no futuro.

A aprovação de novas regras na Câmara deu-se num contexto de apoio popular importante. Relatório divulgado pela CNI, em

... E NO SETOR PÚBLICO TAMBÉM

Evolução do resultado financeiro do RPPS da União
(em R\$ bilhões correntes)



maio, mostra que 59% da população brasileira concorda com a necessidade de reformar o sistema previdenciário. Além disso, 72% dos brasileiros são favoráveis ao estabelecimento de uma idade mínima para a aposentadoria, diz a pesquisa *Retratos da Sociedade Brasileira* número 48. Esse resultado indica que aumentou o apoio a um dos principais pontos da proposta, à medida que o tema era debatido no Congresso Nacional. Em 2015, esse número estava em 65%.

APOIO SOCIAL

Professor da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (FEA-USP), Luiz Eduardo Afonso destaca que, “pela primeira vez existe um razoável consenso na sociedade, com exceção de alguns grupos que me parecem ser muito minoritários, da necessidade e da obrigatoriedade de se fazer uma reforma da Previdência no país”. Segundo ele, isso nunca aconteceu antes, pelo menos na história recente. “A maturidade e a percepção da sociedade brasileira mudou em relação a esse tema. Acho que isso é um avanço muito grande”, ressalta o professor.

Flávio Castelo Branco, gerente-executivo de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), concorda. “A população em geral e os políticos, os

congressistas, estão mais conscientes desses fatores. Você não pode conviver com um sistema previdenciário desenhado no século passado, já entrando na terceira década do século XXI, quando a expectativa de vida e sobrevida dos indivíduos hoje é muito maior. Muitos falam que as pessoas da terceira idade têm capacidade para fazer esportes e ter diversas atividades, mas também precisam chamar atenção para o fato de terem capacidade produtiva”, esclarece o gerente-executivo da CNI.

Castelo Branco lembra que praticamente todas as economias avançadas têm idade mínima para aposentadoria de 65 anos e algumas até mais que isso, mas que no Brasil as pessoas se aposentam, em média, com 56 anos de idade. “Ou seja, você tem um potencial de aproveitamento de pessoas com alta capacidade produtiva que saem da força de trabalho e reduzem a capacidade do país de crescer”, diz o economista da CNI.

De fato, se a sociedade apoia em geral a mudança de regras na Previdência, ainda resiste em concordar com uma idade mínima mais elevada para aposentadoria. A mesma pesquisa *Retratos da Sociedade Brasileira* revela que expressivos 80% dos entrevistados ainda entendem que a aposentadoria deva ocorrer até os 60 anos. De acordo com o levantamento, grande parte dos brasileiros

▲
Obs.: Inclui servidores civis, militares e demais beneficiários

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

“Estimativas indicam economia de R\$ 350 bilhões em dez anos para os estados se as novas regras forem adotadas também para os servidores estaduais. A exclusão desses entes federativos resultará numa posterior transferência dos custos para o governo federal, limitando e adiando a solução dos problemas fiscais”

▲
Beto Studart
presidente da FIEC

(79%) sabe que há regras de aposentadoria diferentes para alguns grupos de pessoas e a maioria entende que devem ser mantidas regras previdenciárias distintas para trabalhadores rurais (62%), mulheres (62%), professores (61%), policiais civis (56%) e Forças Armadas (56%). A maioria também entende que políticos (74%) e servidores públicos (57%) devem estar sujeitos às mesmas regras que os trabalhadores da iniciativa privada. Ou seja, depois de aprovada a reforma, ainda será preciso um esforço para mostrar às pessoas a relevância e a urgência de um novo sistema previdenciário no país.

Em dezenas de países pelo mundo, ajustes contratuais parecidos vêm sendo feitos, como mostra a reportagem seguinte nesta edição. Há uma tendência global de revisão dos critérios para acesso à inatividade laboral remunerada, com elevação da idade mínima e, em muitos casos, equiparação dessa idade entre homens e mulheres.

“Comparativamente a outros países, a população brasileira tornou-se mais longeva

rapidamente, o que torna a Previdência um tema central para que o governo federal tenha fôlego financeiro para uma série de políticas públicas de redução do custo Brasil”, diz Beto Studart. Até a década de 1980, quem chegava aos 65 anos vivia, em média, mais 12 anos. Atualmente, as pessoas vivem, em média, mais 18,4 anos. Isso ocorreu, em boa parte, devido à melhora nas condições de vida, à urbanização do país e aos avanços na medicina.

Essas mudanças têm produzido grandes implicações fiscais. Em 2000, segundo dados do Ministério da Economia, a proporção de brasileiros em idade ativa (de 15 a 64 anos) para cada idoso (de 65 anos ou mais) era de 11,5. Em 2020, essa mesma proporção deverá cair para 7 e, em 2060, para 2,35. Nesse não tão longínquo ano de 2060, o percentual da população com 65 anos ou mais de idade chegará a 25,5%, segundo as previsões. Serão 58,2 milhões de idosos.

O envelhecimento vai mudar também a razão de dependência da população, que foi de 44% em 2018 e passará para 67% em 2060. Ou seja, atualmente, 44 pessoas economicamente dependentes (com menos de 15 anos e com mais de 64 anos) apoiam-se em termos produtivos formais em cada grupo de 100 pessoas em idade laboral (15 a 64 anos). Em 2060, 67 dependerão de um grupo de 100 economicamente ativos. Um dos fatores que contribui para esse cenário é a queda na taxa de fecundidade. Em 1980, o Brasil tinha uma média de 4,1 filhos por mulher. Em 2018, esse número caiu para 1,8 e essa taxa segue em queda. A projeção é que esteja em 1,7 filho por mulher, em 2060, o que significa menos gente contribuindo para a Previdência.

QUADRO NEGATIVO

Essas razões ajudam a entender por que as estimativas elaboradas pelo Ministério da Economia indicam que as aposentadorias, as pensões e os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União vão consumir mais de R\$ 700 bilhões em 2019. Como a previsão de receita com contribuições é de R\$ 459 bilhões,

o déficit deverá superar R\$ 290 bilhões. Se nada for feito, esse quadro negativo tende a piorar nos próximos anos e a colocar em risco as aposentadorias dos novos trabalhadores. Com a proposta original, o governo previa economizar R\$ 1,236 trilhão nos próximos dez anos. O novo cálculo não é tão positivo, mas ainda é muito melhor do que a situação atual. Os dados do governo indicam que, com as regras atuais, o sistema caminha para a insustentabilidade.

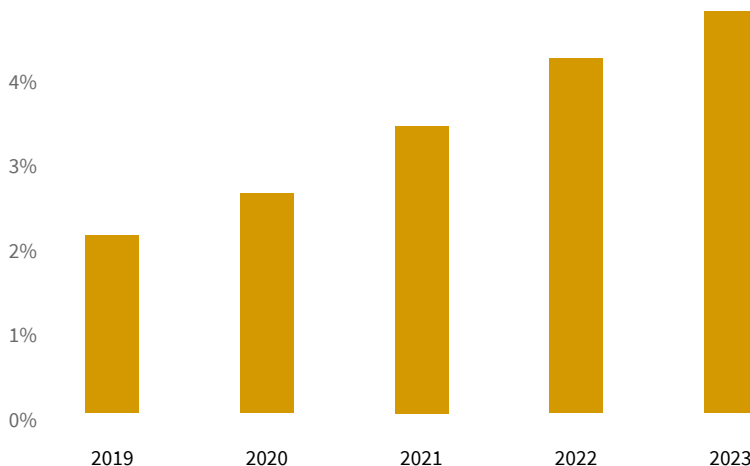
Para Flávio Castelo Branco, da CNI, como a expectativa de sobrevivência dos brasileiros cresceu muito, as regras em vigor permitem que o pagamento de aposentadorias e pensões possa durar cerca de duas décadas. “Sem a mudança na legislação, o crescimento das despesas com previdência, que hoje alcançam, no regime geral, cerca de 8,6% do Produto Interno Bruto (PIB), pode dobrar nas próximas décadas, até 2060, com mais de 16% do PIB, ou seja, uma pressão fiscal muito grande”, avalia o economista.

Considerando-se as contas públicas, o quadro é ainda pior. Beto Studart lembra que “a elevada participação dos gastos com aposentadorias e pensões no orçamento do governo federal resulta em uma redução dos gastos para outras finalidades, como infraestrutura, educação e saúde”. Atualmente, os gastos com aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e dos servidores públicos federais correspondem a mais da metade (53%) das despesas primárias obrigatórias do governo. Com isso, o governo federal fica impossibilitado de investir em temas centrais para o desenvolvimento econômico do Brasil.

“São temas horizontais que impactam positivamente na produtividade e na competitividade da indústria, dos serviços e do agronegócio, sendo, portanto, essenciais para garantir a inserção de nossos produtos e serviços nos principais mercados globais”, afirma. Nos últimos anos, as incertezas para com a economia brasileira fizeram com que as empresas represassem investimentos, aguardando um cenário de estabilidade e maior solidez fiscal, que começa a se desenhar agora com a aprovação da reforma previdenciária.

APROVAÇÃO DA REFORMA PODE FAZER PIB CRESCER 5,1% EM 2023

Sem reforma, crescimento médio seria de 2,9%



MUDANÇA DE EXPECTATIVAS

O economista José Augusto Fernandes, ex-diretor de Políticas e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), avalia que a reforma da Previdência tem dois canais importantes de transmissão de efeitos sobre a economia. “O primeiro é o efeito sobre a sustentabilidade fiscal, que conduz à maior probabilidade de você ter taxas de juros mais baixas no futuro e ao efeito sobre expectativas. Isso é um canal importante para a reativação da economia”, afirma.

Além disso, como é uma mudança constitucional, o debate sobre a Previdência trava muito a agenda de reformas microeconômicas dentro do Congresso e até mesmo as outras reformas estruturais que são importantes para a competitividade, como a reforma tributária. “Ao fim de toda essa negociação em torno da reforma da Previdência, vai ser aberta uma agenda de mais reformas com um impacto mais direto sobre o ambiente de negócios. Isso também vai gerar um efeito positivo sobre expectativas”, prevê Fernandes.

Beto Studart, que atua como empresário nas áreas de construção civil e saúde, e Humberto Barbato, que representa o setor

▲
Fonte e elaboração:
Secretaria de Política
Econômica do Ministério
da Economia (fev/2019)



▲ Barbato (Abinee) também pede uma reforma política que evite novas crises institucionais sucessivas

de elétrica e eletrônica, concordam com a análise. “Pelas sondagens que fizemos junto com os nossos associados, pelo menos 40% dos investimentos vão acontecer só após essa votação. Uma vez aprovada na Câmara, como se fala que no Senado deverá caminhar mais rapidamente, acredito que a gente possa efetivamente já começar a perceber alguns sintomas”, diz Barbato.

Para o economista Pedro Fernando Nery, consultor legislativo do Senado, “a reforma da Previdência pode dissipar uma nuvem carregada que está no nosso horizonte”. Segundo ele, o gasto previdenciário cresce, na União, R\$ 50 bilhões por ano, o que significa, nos próximos anos, carga tributária maior e juros maiores, pelo aumento do endividamento. “Há, ainda, a possibilidade de insolvência do Estado, que correria o risco de ser ajustada por hiperinflação. A reforma não é bala de prata, mas tira essa nuvem do horizonte”, diz Nery. Por outro lado, se nada for feito, as despesas com a Previdência no âmbito do governo federal passarão de 59% do orçamento, em 2019, para 79% em 2026, calcula o especialista.

ESTADOS E MUNICÍPIOS

A melhora nas expectativas seria maior, contudo, se a reforma também contribuir para desarmar as bombas fiscais instaladas nas contas de Estados e municípios. O relator da reforma na comissão especial, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), excluiu estados e municípios do texto para garantir os votos necessários para aprovar a proposta em plenário. Em entrevista após a aprovação do parecer, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que havia entre 50 e 60 deputados que não votariam pela aprovação da reforma se houvesse a inclusão de estados e municípios. Segundo ele, os deputados mais próximos a

alguns governadores do Nordeste foram, inclusive, muito duros com os deputados que votaram a favor.

Luiz Eduardo Afonso, da USP, considera um erro deixar estados e municípios de fora das mudanças. “Eles têm ou terão os mesmos problemas que a União vai ter. Quando a gente faz isso, estamos empurrando o problema com a barriga, só que na área de Previdência a gente já fez isso várias vezes. Desde pelo menos o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), fazemos reformas pontuais e isso não aparta todos os problemas. Não me parece adequada essa exclusão”, afirma. O professor também critica a retirada da possibilidade de criação de um regime de capitalização com alternativa ao modelo atual de repartição.

Para Beto Studart, da FIEC, é crucial que estados e municípios sejam incluídos. “Estimativas do governo indicam que a proposta de reforma prevê economia de R\$ 350 bilhões em dez anos para os estados se as novas regras forem adotadas também para seus servidores. A exclusão desses entes federativos resultará numa posterior transferência dos custos para o governo federal, limitando e adiando a solução dos problemas fiscais relacionados ao déficit previdenciário”, avalia ele.

Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, reforça o coro. “Seria muito importante juntar estados e municípios agora. Por mais que haja diferenças específicas em cada estado, é mais fácil mudar um regime baseado em uma mudança significativa como essa do que começar do zero. Ou seja, as mudanças que os estados poderão fazer em cima dessa reforma seriam marginais, mais fáceis de serem aprovadas nas assembleias estaduais”, reforça o economista. Ele diz que o Brasil é um “caso *sui generis*”, em que uma reforma mais robusta da Previdência está levando décadas para ser feita.

AGENDA EXTENSA

É importante que o país supere a agenda previdenciária e avance em outros temas que têm ficado na fila de espera. Ano a ano, a CNI tem indicado em sua *Agenda Legislativa* a grande lista de inovações e atualizações

regulatórias necessárias para a criação de um ambiente mais favorável aos negócios, com segurança jurídica, previsibilidade econômica e estímulo a novos investimentos.

Sérgio Vale, da MB Associados, afirma que a reforma da Previdência é um primeiro passo, necessário, mas não suficiente. “Ela dará condições para se acreditar em uma agenda fiscal de equilíbrio para os próximos anos, ajudando na queda maior da taxa de juros no longo prazo. Ou seja, tem mais um papel de longo prazo do que de curto prazo. De imediato, o que vai trazer é justamente o aumento de confiança pela possibilidade de continuidade da queda de juros que a reforma implica”, avalia. Segundo ele, hoje há uma consciência reformista forte que contribui para isso.

O economista-chefe da MB Associados considera que, entre as medidas que precisam ser adotadas depois da Previdência, a mais relevante de todas é a reforma tributária, já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. “Essa é uma discussão que já está mais do que madura para avançar no Congresso e creio que ocorrerá talvez ainda este ano”, aposta o economista.

“Gostaria de ver, também, mais discussões sobre o spread bancário. O cadastro positivo já tem capacidade de efeito no spread em longo prazo, mas discussões adicionais precisam ser feitas sobre o resgate das garantias dadas na concessão do crédito. Ainda é difícil retomar o crédito no Brasil e isso ajuda a manter o spread elevado”, afirma Vale. Segundo ele, algumas medidas já previstas, como o leilão de óleo e

gás, em novembro, também serão importantes para aumentar a confiança dos agentes econômicos.

Humberto Barbato, da Abinee, afirma que “depois da reforma tributária, essencial para o setor empresarial, nós temos que fazer uma reforma política também”. O dirigente avalia que aprimorar o sistema político vai fazer com que o Brasil passe a ser “um país menos exótico”. Segundo ele, “essa é a realidade: nós vivemos em um país que, infelizmente, nos últimos anos, teve uma crise após outra, tanto política quanto econômica. Há necessidade de superarmos isso e solucionarmos os graves problemas que a população está esperando que sejam resolvidos”.

A premissa de fundo em todas essas expectativas é que a reforma atual tenha um grande impacto sobre o futuro das contas nacionais e da capacidade de planejamento no país. Um pensamento bem sintetizado pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), Gilberto Porcello Petry. Segundo ele, “a reforma da Previdência impacta o caixa da nação. E sem caixa não há como fazer investimentos. Sem caixa, não há como responder às funções originais do Estado, que são a segurança pública, a educação e a saúde. Sem caixa, não há como pagar fornecedores, funcionários e aposentados. A reforma é necessária, urgente e imprescindível”. Os próximos passos agora são finalizar a votação na Câmara e promover no Senado um debate esclarecido e responsável, que, se possível, inclua uma proposta de emenda à Constituição que traga estados e municípios para um novo regime previdenciário ■



Fonte: Retratos da Sociedade Brasileira número 48

ENTENDA A TRAMITAÇÃO

DA PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA

20 de Fevereiro

O presidente Jair Bolsonaro envia à Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 06/2019), que, entre outras mudanças, propõe idade mínima de aposentadoria de 62 anos para as mulheres e 65 anos para os homens no Regime Geral da Previdência Social (RGPS). A proposta precisa de 308 votos favoráveis, em dois turnos, para ser aprovada e enviada ao Senado.

26 de Março

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados começa a analisar a proposta do governo. Nessa fase, a CCJ observa, basicamente, se a PEC fere alguma cláusula pétrea da Constituição (como direitos e garantias individuais, separação dos Poderes, entre outros).

23 de Abril

Por 48 votos a 18, a CCJC aprova, com mudanças, a admissibilidade da proposta de reforma enviada pelo governo. Foram extraídos os trechos que tratavam do fim do recolhimento mensal e da multa de 40% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para aposentados que continuam trabalhando; da possibilidade de redução por meio de lei complementar na idade de aposentadoria compulsória de servidor, hoje em 75 anos; da criação de prerrogativa exclusiva do Poder Executivo para propor mudanças nas aposentadorias; e do fim da possibilidade de qualquer pessoa iniciar ação contra a União na Justiça Federal em Brasília.

25 de Abril

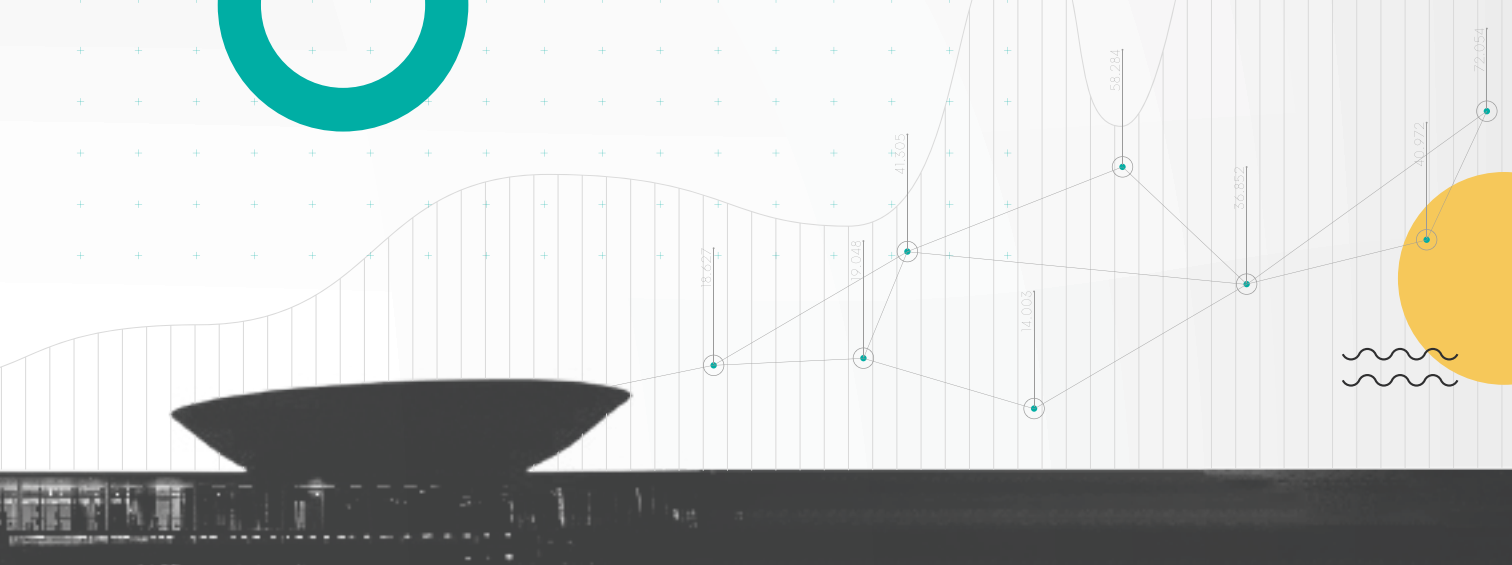
É instalada a Comissão Especial para analisar a PEC 06/2019, presidida pelo deputado Marcelo Ramos (PL-AM). O deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) foi indicado relator. A proposta recebeu 277 emendas dos deputados.

13 de Junho

Após dez sessões de discussão da proposta, incluindo a realização de audiências públicas, o deputado Samuel Moreira apresenta seu parecer na comissão especial, excluindo do texto original pontos polêmicos, como a capitalização e a extensão das novas regras a estados e municípios. O relator também retirou do texto as alterações previstas no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e na aposentadoria rural, dois outros temas que enfrentavam forte resistência dos parlamentares.

26 de Junho

A comissão especial da reforma da Previdência encerra a discussão do parecer do deputado Samuel Moreira. Ao longo de quatro dias, 127 deputados e os líderes partidários debateram a proposta, em mais de 30 horas de discussão.



5 de Julho



- > Por 36 votos a favor e 13 contrários, a Comissão Especial da PEC 6/2019 aprova o substitutivo do deputado Samuel Moreira favorável à reforma. Estados e municípios ficam de fora.

10 de Julho



- > O plenário da Câmara dos Deputados aprova em primeiro turno o texto-base da proposta de reforma da Previdência, com 379 votos a favor e 131 contra.

12 de Julho



- > Concluída a votação em primeiro turno, com mudanças favoráveis a profissionais na ativa das áreas de educação e segurança pública federal.

Próximas Etapas



PLENÁRIO DA CÂMARA



Votação em segundo turno, prevista para agosto.

SENADO FEDERAL



Sendo aprovada na Câmara, a proposta é enviada ao Senado, onde é analisada apenas pela Comissão de Constituição e Justiça e pelo Plenário (não há comissão especial). Aqui, ela também precisa ser aprovada em dois turnos pelo Plenário. Para a aprovação, são necessários 3/5 dos votos (49 senadores) em cada turno.

PROMULGAÇÃO



Se o Senado aprovar na íntegra a proposta recebida da Câmara, o texto é promulgado em seguida pelo Congresso Nacional, tornando-se uma emenda à Constituição. Se o Senado aprovar apenas uma parte, esta pode ser promulgada separadamente, enquanto a parte alterada volta para a Câmara dos Deputados (promulgação fatiada). Se o Senado aprovar um texto diferente do da Câmara, o texto volta para lá para ser analisado.

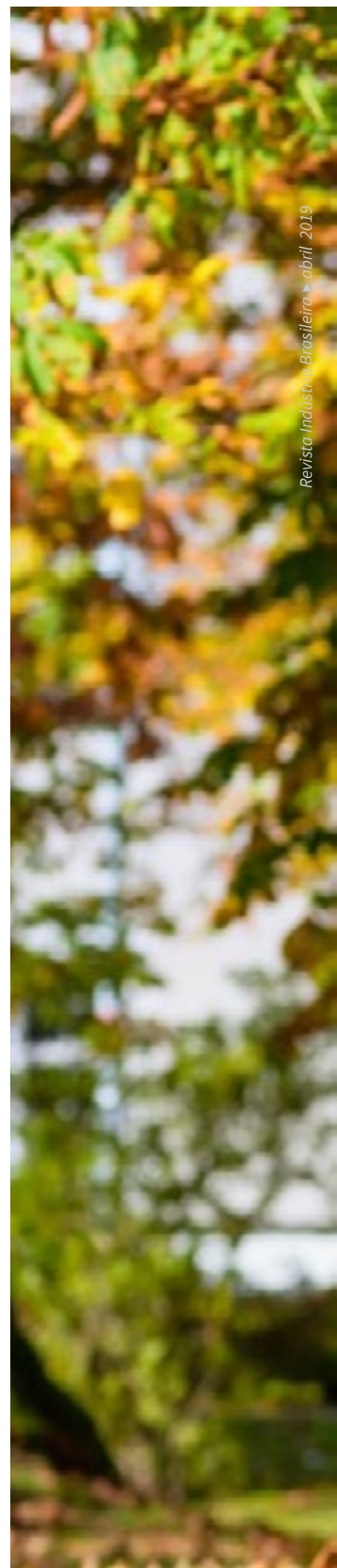
O mundo está se ajustando à nova demografia

ESTUDO DO IPEA MOSTRA QUE, EM POUCO MAIS DE 20 ANOS, NADA MENOS QUE 55 PAÍSES ELEVARAM A IDADE MÍNIMA DE APOSENTADORIA E 60 OUTROS PAÍSES MUDARAM O CÁLCULO DE BENEFÍCIOS

ENTRE 1995 e 2017, pelo menos 55 países elevaram a idade mínima de aposentadoria, conforme estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), elaborado pelos pesquisadores Rogério Nágamine e Otávio Sidone, ambos atualmente na Secretaria de Previdência Social do Ministério da Economia. O estudo mostra que, no mesmo período, 76 países aumentaram a taxa de contribuição previdenciária e 60 ajustaram a fórmula de cálculo das aposentadorias, com redução do valor do benefício.

“A idade mínima era, inicialmente, de 55 anos para mulheres e de 60 para homens, mas foi aumentada para 62 para ambos os sexos, a partir de 1994. Nesse caso, houve necessidade dos trabalhadores entenderem que a postergação da aposentadoria seria necessária para o aumento do valor do benefício e a diminuição da probabilidade de pobreza durante a velhice”, argumentam os pesquisadores. Alguns países, como Itália e Noruega, também adotaram um sistema de contas nacionais conhecido como contas virtuais.

“Esse regime é um híbrido entre os dois regimes de financiamento mais conhecidos: o de repartição e o de capitalização”, afirma Pedro Fernando Nery, especialista em previdência social. Nesse sistema, quem está na ativa financia o benefício de quem está aposentado, mas seu benefício no momento da aposentadoria será calculado com base em suas contribuições.





▲ Em países como a Alemanha, a idade mínima está subindo gradativamente e vai chegar a 67 anos para homens e mulheres em 2031

Países com a maior proporção de idosos entre a população

com 60 anos de idade ou mais

PAÍS		População em 2017	Proporção de idosos
> Japão		126,8 milhões	26,3%
> Itália		60,59 milhões	22,4%
> Grécia		10,77 milhões	21,4%
> Alemanha		82,79 milhões	21,2%
> Portugal		10,31 milhões	20,8%
> Finlândia		5,50 milhões	20,5%
> Bulgária		7,10 milhões	20%
> Suécia		9,99 milhões	19,9%
> Letônia		1,95 milhão	19,4%
> Malta		460,3 mil	19,2%



▲
Fonte: OMS

Segundo ele, no regime de repartição simples, adotado pela previdência pública no Brasil e em outros países, as aposentadorias e pensões dos inativos são pagos pelas contribuições dos trabalhadores da ativa. No regime de capitalização, típico da previdência complementar privada, as aposentadorias e pensões dos inativos são

pagas com base nas contribuições passadas investidas em contas individuais e capitalizadas, usadas no momento de receber o benefício, a aposentadoria ou a pensão.

Na Europa e na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), conforme o estudo de Nagamine e Sidone, muitos países vêm reformando seus sistemas de seguridade desde meados da década de 1990. No caso dos países emergentes, a reforma no Chile, na década de 1980, acabou servindo de modelo para diversos países na América Latina e para países em desenvolvimento. Atualmente, o Chile discute mudanças no sistema de previdência para corrigir problemas com pensões baixas.

As alterações foram propostas com o objetivo de reduzir gastos públicos e ajustar a legislação dos diversos países às mudanças no mercado de trabalho, que criaram novas formas de contratação e afetaram o financiamento dos sistemas previdenciários, e ao aumento da expectativa de vida das pessoas, o que elevou o tempo de pagamento de aposentadorias e pensões. Por outro lado, ao buscar resolver o problema

REFORMAS JÁ APROVADAS TÊM EFEITOS QUE CHEGAM A 2046

PRAZO PARA MUDANÇA >>

2022

> ITÁLIA

IDADE MÍNIMA
ATUAL 65 (H) E 66 (M)
FUTURA 67

> HUNGRIA

IDADE MÍNIMA
ATUAL 62
FUTURA 65

> HOLANDA

IDADE MÍNIMA
ATUAL 65
FUTURA 67

2025

> JAPÃO

IDADE MÍNIMA
ATUAL 62 (H) E 61 (M)
FUTURA 65

2027

> ESPANHA

IDADE MÍNIMA
ATUAL 65
FUTURA 67

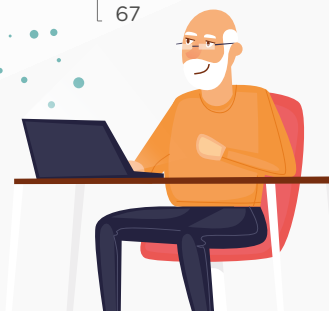
> FINLÂNDIA

IDADE MÍNIMA
ATUAL 63
FUTURA 65

2030

> BÉLGICA

IDADE MÍNIMA
ATUAL 65
FUTURA 67



das contas públicas, essas reformas estimularam a economia dos respectivos países.

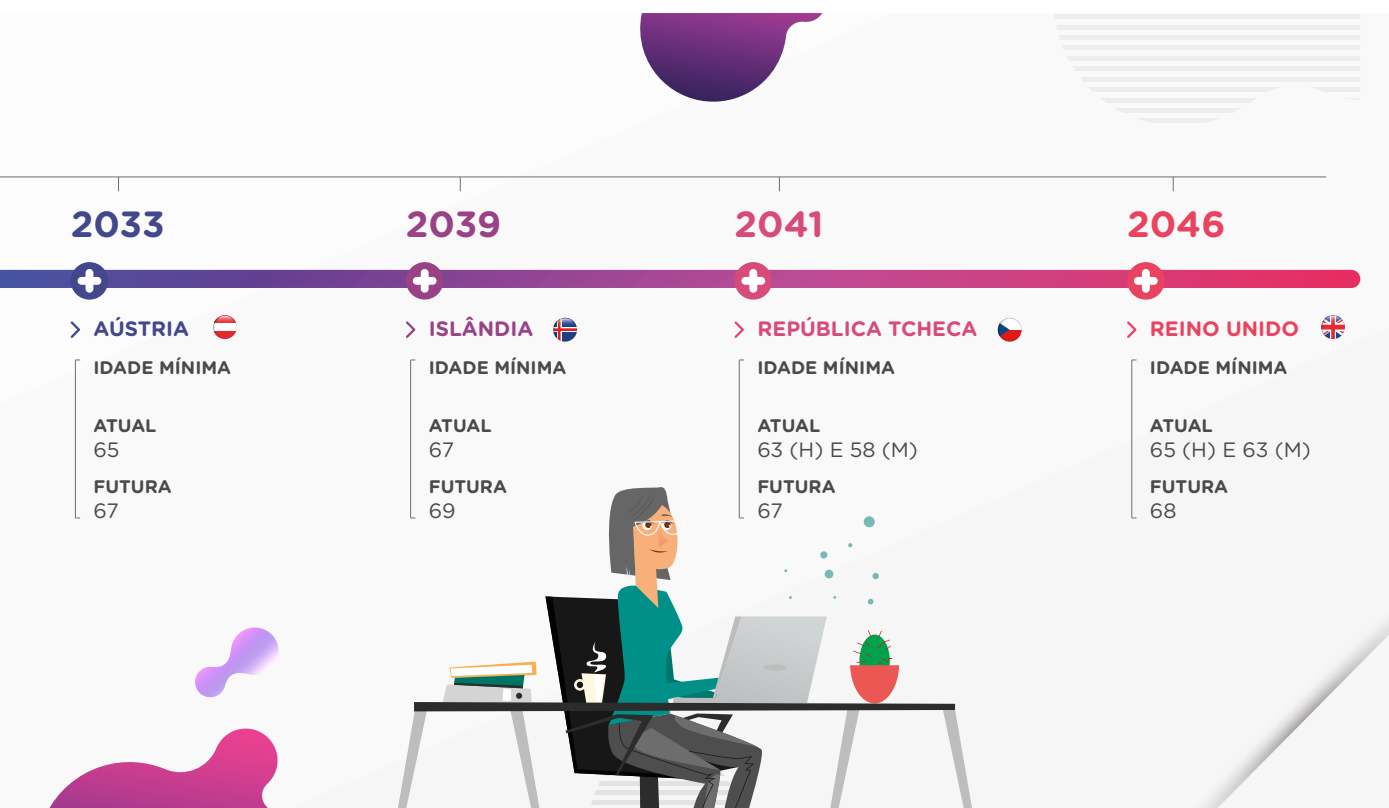
Um exemplo é a Alemanha, uma das principais economias mundiais, onde a idade mínima está aumentando gradativamente de 65 anos para 67 anos desde 2012 e com previsão até 2031. Há aumento de um ou dois meses por ano. Desde que foi feita a reforma e apesar da crise econômica mundial nos últimos anos, a Alemanha registra crescimento econômico há seis anos.

A economia germânica gasta 10,6% do Produto Interno Bruto (PIB) com pagamento de benefícios previdenciários. A população no país tem uma das mais elevadas expectativas de vida ao nascer: 80,7 anos. Vizinha, a França fez uma reforma da Previdência Social em 2010, que prevê uma idade mínima de aposentadoria de 60 a 62 anos a partir de 2017, dependendo do ano de nascimento e com valor do benefício parcial. Para obter aposentadoria maior, a idade mínima passará de 65 para 67 até 2022. Entre 2012 e 2018, a França teve crescimento econômico todos os anos, o maior em 2017 (2,3%).

Até mesmo os Estados Unidos, maior economia mundial, fez ajustes no sistema de Previdência Social. A idade mínima para se aposentar, que era de 66 anos para homens e mulheres em 2014, vem subindo gradativamente e vai chegar a 67 anos em 2022. A elegibilidade para a aposentadoria depende do número de anos de contribuição, sendo o mínimo necessário de dez anos. Os gastos previdenciários consomem 6,7% do PIB. É possível antecipar a aposentadoria para os 62 anos, mas com desconto do valor a ser recebido. Quem adiar até os 70 anos tem acréscimo no benefício.

Também houve mudanças na Austrália, que elevará a idade mínima a 67 anos até 2023. A alíquota de contribuição está aumentando de 9% para 12% entre 2013 e 2020. Na Áustria, a idade mínima é de 65 anos para homens. A das mulheres subirá de 60 para 65 anos entre 2024 e 2033, com aumentos graduais de meio ano. A Bélgica exige, atualmente, idade de 65 anos, com previsão de subir para 66 anos, em 2025, e 67 anos, em 2030. Na Dinamarca, a idade será aumentada de 65 para 67 anos, no período de 2019 a 2022, e para 68 anos, até 2030. ■

▼
Fonte: OCDE



Mudar para não quebrar

O PAÍS PODE FICAR INSOLVENTE SE NÃO APROVAR NOVAS REGRAS PREVIDENCIÁRIAS, DIZ O ECONOMISTA-CHEFE DA GENIAL INVESTIMENTOS

▼
Camargo defende, ainda, reformas tributária, orçamentária e de qualidade no serviço público

A APROVAÇÃO da reforma da Previdência Social significa sair da beirada do precipício e voltar a nadar na planície, afirma José Márcio Camargo, economista-chefe da Genial Investimentos. Segundo ele, mudanças nas regras de concessão de aposentadorias e pensões são importantes tanto do ponto de vista fiscal quanto de justiça social. “A consequência da reforma da Previdência é reverter essa trajetória de deterioração fiscal e, consequentemente, diminuir as incertezas quanto à probabilidade de insolvência do setor público brasileiro”, afirma.



► **Qual é a importância de se aprovar uma reforma da Previdência nesse momento pelo qual passa a economia brasileira?**

A reforma da Previdência Social é absolutamente fundamental do ponto de vista fiscal. O Brasil tem 9,5% da população com 65 anos ou mais e gasta 14% do PIB com previdência e assistência social. Países que têm 9,5% da população com 65 anos ou mais gastam, em média, 4,5% do PIB com previdência social. O Brasil gasta com previdência, como proporção do PIB, o que o Japão gasta, que tem três vezes mais idosos que o Brasil como proporção da população. Além disso, o sistema de previdência social brasileiro é extremamente desigual. Os funcionários públicos têm um sistema de previdência muito mais privilegiado do que os trabalhadores do setor privado. Esse é um ponto fundamental.

► **O contexto atual também complica o problema?** Certamente. O Brasil tem uma trajetória fiscal bastante problemática. Em pouco mais de quatro anos, a nossa dívida passou de 50% para 70% do PIB porque tivemos déficits primários sistemáticos ao longo desse período.

► **Quais as consequências dessa votação para o país?** A consequência da reforma da Previdência é a reversão da trajetória de deterioração fiscal e, conseqüentemente, a diminuição das incertezas quanto à probabilidade de insolvência do setor público brasileiro. Isso significa aumentar as expectativas em relação à sustentabilidade do teto e, portanto, ter taxas de juros mais baixas, atrair mais investimentos e retomar uma trajetória de crescimento ainda em 2019. No quarto trimestre deste ano, podemos crescer em relação ao terceiro, algo em torno de 2% anualizados porque se vai retomar a confiança no país. Esse é um ponto fundamental. A aprovação da reforma significa sair da beirada do precipício, ou seja, voltar a nadar na planície.

► **O que o senhor classifica como uma reforma boa?** O projeto original da reforma que está sendo discutido é bastante bom e o relatório do deputado Samuel Moreira (PS-DB-SP) também é bom. Ele muda algumas coisas e diminui um pouco a potência fiscal, mas a sensação é que você vai ter uma reforma que vai significar uma poupança de

algo entre R\$ 900 bilhões e R\$ 1,1 trilhão. Isso é muito bom, mas acho que o relator deveria ter mantido a possibilidade de instituir um sistema de capitalização no Brasil. Da mesma forma, eu acho inacreditável que você tenha uma cláusula que permite que os professores tenham idade mínima para se aposentar menor do que o resto da população. Não faz nenhum sentido o professor se aposentar antes do que as outras ocupações.

► **O que o senhor acha da idade mínima proposta pelo relator de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres?** Eu iria preferir que a idade mínima fosse igual para homens e mulheres. Na maior parte dos países do mundo a idade mínima é igual para ambos. Não existe nenhuma razão para a idade mínima das mulheres ser menor do que a idade mínima dos homens. Na verdade as mulheres, em média, vivem mais do que os homens. Isso significa que elas deveriam ter idade mínima maior, porque vão ficar mais tempo aposentadas. Não vejo nenhuma razão para ter idade mínima diferente, mas se isso é uma condição para conseguir aprovar a reforma, tudo bem, a concessão faz sentido.

► **O que mudou nos últimos anos em relação à reforma?** A sociedade está percebendo que, sem a reforma, é muito difícil ter recursos para outros setores da economia. Na verdade, parece que está cada vez mais claro para todo mundo que o atual sistema de Previdência Social é insustentável no sentido de que, eventualmente, ele vai se apropriar de todo o recurso que for gerado para financiar o Estado. De 1988 para cá, com a nova Constituição, saímos de uma situação em que o gasto público era um pouco mais de 10% do PIB e hoje é mais de 20%, e fundamentalmente por causa de aumento do gasto com Previdência, assistência e funcionalismo público. Essa trajetória é insustentável e a sociedade começa a reconhecer isso.

► **Que outras reformas são necessárias?** É preciso simplificar o sistema tributário, fazer uma reforma para diminuir a rigidez orçamentária e para tornar o orçamento impositivo e rediscutir as regras do serviço público para torná-lo menos burocrático e mais eficiente. ■

Indústria e



▲ F: José Paulo Lacerda

15 EMPRESAS VENCEM O PRÊMIO NACIONAL DE INOVAÇÃO

Quinze empresas de sete estados diferentes ganharam o *Prêmio Nacional de Inovação*, promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). A divulgação ocorreu no último 10 de junho durante o 8º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria. O prêmio é dividido em três modalidades, definidas por porte das empresas. Entre as grandes, WEG, Natura, Enel, Embraco, Basf e Aker se sagraram vencedoras. Akaer, BMD Têxteis, Ativa Soluções Tecnológicas, Angelus e MIP Engenharia foram as médias indústrias reconhecidas. Já os prêmios para empresas de pequeno porte ficaram com Boulle, CCLi, Editora Belas Letras e Topos. Os vencedores participarão de imersão internacional em ecossistema de inovação. Além disso, aqueles que ficaram em primeiro lugar nas categorias de produto e processo terão R\$ 150 mil pré-aprovados para desenvolver projetos.

REFORMAS SÃO IMPORTANTES PARA ALAVANCAR SETOR INDUSTRIAL, AVALIA CNI

A indústria está em recessão técnica, de acordo com o *Fato Econômico* número 8, divulgado no último dia 30 de maio, pela CNI. Os números do 1º trimestre de 2019 mostram queda do Produto Interno Bruto (PIB) industrial, baixa demanda e estoques elevados. O documento sugere que o início da recuperação a partir do segundo trimestre está ancorado na expectativa de aprovação da reforma da Previdência – mas não se restringe a ela. O atraso da reforma dificulta avanços em outras pautas importantes para a competitividade e o crescimento, como a reforma tributária. Segundo o texto da CNI, as mudanças são necessárias para a redução de defasagens estruturais que dificultam o cotidiano das empresas brasileiras e reduzem a capacidade de competição com produtos estrangeiros.



▲ F: José Paulo Lacerda



▲ F: gettyimage.com

SITE REÚNE BOAS REFERÊNCIAS SOBRE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Com o objetivo de trazer informações para os empresários brasileiros sobre a propriedade intelectual, a CNI disponibiliza um portal acerca do assunto desde abril deste ano. Os interessados que navegarem pela página vão encontrar notícias, publicações e dados sobre a propriedade intelectual no Brasil e no mundo. No site também é possível conhecer as principais ações dos nove anos do programa *Propriedade Intelectual para o Desenvolvimento Industrial*, da CNI, que conta com publicações sobre proteção da criatividade e da inovação, propriedade intelectual em micro e pequenas empresas e sugere uma reflexão ao Judiciário a respeito da propriedade intelectual aplicada.

OIT CONCLUI QUE REFORMA BRASILEIRA NÃO AFRONTA CONVENÇÃO

Pelo segundo ano consecutivo, a Comissão de Aplicação de Normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) não identificou qualquer violação à Convenção nº 98 na reforma trabalhista (Lei 13.467/17). Assim, não foi apontada inconsistência entre a chamada prevalência do negociado sobre o legislado e o tratado que rege o direito à negociação coletiva, ratificado pelo Brasil em 1952. A CNI comemorou o desfecho da análise e reforçou o perfeito alinhamento da reforma à Constituição e às normas internacionais.



▲ F: gettyimage.com



▲ F: Divulgação SESI-RN

BRASIL SE DESTACA EM TORNEIO DE ROBÓTICA NO LÍBANO

Estudantes brasileiros conseguiram importantes vitórias no *Aberto de Robótica* no Líbano, que ocorreu entre os dias 14 e 16 de junho. A equipe Galaxy Forces, composta por estudantes do Serviço Social da Indústria (SESI) do Rio Grande do Norte, ficou em 1º lugar em *Design Mecânico*. Na mesma categoria, a equipe Conectados, de Curitiba (PR), ficou em 3º lugar, com um time formado por estudantes da Escola Municipal Coronel Durival Britto e Silva. A equipe FrancoDroid, do Colégio Liceu Franco-Brasileiro, do Rio de Janeiro, conquistou o 2º lugar geral da competição. Eles ainda ficaram em 3º lugar na categoria *Desafio do Robô*. A disputa no Líbano reuniu mais de 500 estudantes de 46 países.

► Abastecimento de água no Brasil é deficiente e a coleta de esgoto mais ainda. País precisa de investimento privado para transformar essa realidade





Pode ser melhor

CONGRESSO DISCUTE NOVA REGULAMENTAÇÃO PARA SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, MAS TEXTO ATUAL AFASTA AS EMPRESAS PRIVADAS

UM DIAGNÓSTICO simples e preciso dos serviços de água e esgoto no Brasil pode ser feito com três dados: 100 milhões de brasileiros não têm tratamento de esgoto em suas casas, 35 milhões não possuem água encanada e 94% da cobertura é de responsabilidade de empresas públicas. Os números, recém-divulgados pelo Sistema Nacional de Informação do Saneamento (SNIS), referem-se a 2017 e impressionam porque refletem um modelo de saneamento estagnado, que demanda investimentos.

Édison Carlos, presidente executivo do Instituto Trata Brasil, organização formada por empresas com interesse nos avanços do saneamento básico, diz que uma solução eficiente seria passar pela abertura ao setor privado. “De um lado, temos cerca de R\$ 400 bilhões a serem investidos no setor. De outro, temos empresas carentes de negócios e com condições para investir”, resume o dirigente. Segundo ele, o governo federal vem tentando, sem muito êxito, abrir o setor para a concorrência entre empresas públicas e privadas.

Para Mônica Messenberg, diretora de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a expansão das re-

“De um lado, temos cerca de R\$ 400 bilhões a serem investidos no setor. De outro, temos empresas carentes de negócios e com condições para investir”

des de saneamento é um dos principais desafios do país. “O aumento da participação privada nos investimentos e na gestão de empresas, assim como um melhor mapeamento de onde a participação do Estado é realmente necessária, precisa ser o foco do desenvolvimento do setor para os próximos anos”, diz ela.

A proposta original do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) trazia inovações impor-

tações para o setor. A principal delas é a abertura do mercado para a concorrência entre empresas públicas e privadas, pela qual passa a prestar os serviços aquela que apresentar a melhor proposta, como estabelece a Lei de Consórcios Públicos. Além disso, passaria a ser exigido das prestadoras de serviços o cumprimento de metas de atendimento e de qualidade, com vistas ao melhor atendimento da população.

O PL original também propunha a formação de blocos, a serem definidos por cada estado, para agrupar municípios de maior e menor porte para que, juntos, formem uma concessão economicamente viável. O modelo visa evitar que áreas de baixa densidade demográfica fiquem desatendidas pela falta de interesse de empresas, públicas ou privadas, em participarem de futuras licitações.

O texto também propunha a “prestação em bloco”, um agrupamento que obrigaria empresas a reunir, em um única prestação, municípios ricos e pobres, evitando privilegiar regiões já desenvolvidas e evitar deixar populações desatendidas.

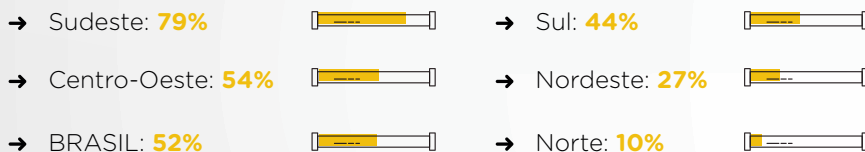
Porém, o projeto sofreu diversas emendas, pois o debate continuou girando em torno do “fantasma” da privatização do setor. Especialistas da área de saneamento são unânimes em afirmar que as emendas sofridas pelo PL foram ruins e irão alterar pouco a situação atual do saneamento básico. A expectativa é que o projeto volte ao seu texto original na Câmara dos Deputados.

As emendas, na prática, impedem que o mercado seja aberto para a concorrência ao prorrogarem, por mais 35 anos, os contratos já existentes. “Isso tudo descaracterizou totalmente o projeto apresentado pelo senador Jereissati. Estamos numa fase de conversar com deputados, com os presidentes das Casas, para que o projeto

▲
Édison Carlos
presidente executivo do
Instituto Trata Brasil

Saneamento estagnado, em números

Acesso a coleta de esgoto (% da população total beneficiada)



tenha celeridade e que ele seja adequado para, de fato, mudar o cenário”, avalia Edison Carlos.

Joisa Dutra, diretora do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da Fundação Getúlio Vargas (FGV/CERI), também lamentou as emendas, pois retiraram a importância da entrada do capital privado para promover o acesso universal ao saneamento. “Conseguimos promover o acesso universal às telecomunicações na primeira década deste século e à energia elétrica nesta década e, nos dois casos, fizemos isso com participação de capitais público e privado”, enfatiza.

MODELO INEFICIENTE

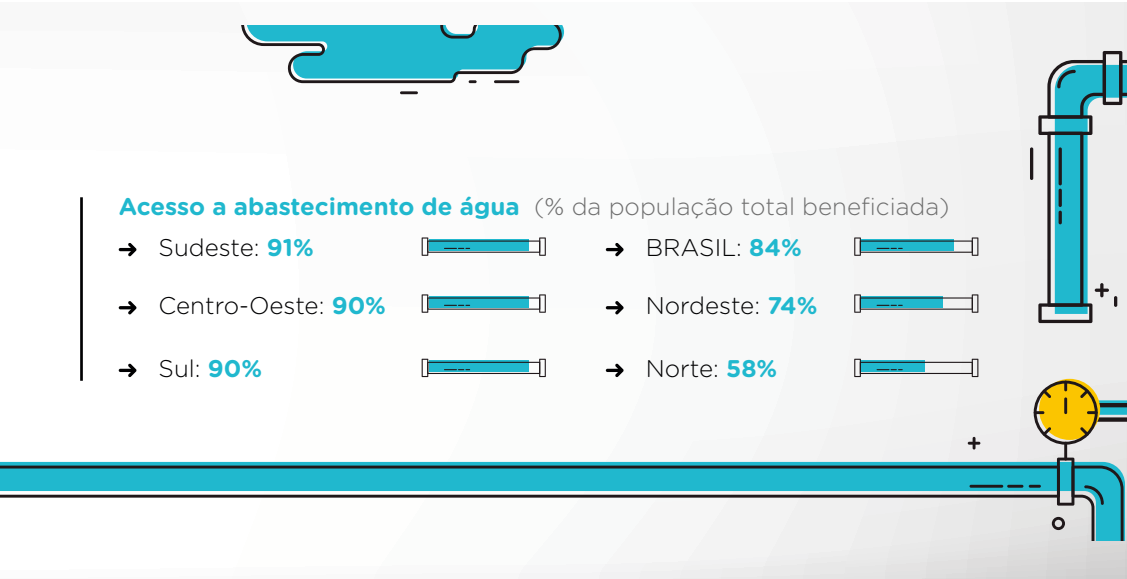
O atual sistema de saneamento público brasileiro existe há 50 anos e os números atestam que ele não está sendo bem-sucedido. Sem competição, especialistas afirmam que a atuação de uma série de empresas é ineficiente. Além disso, há uma concentração de investimentos em áreas que já são mais desenvolvidas, como São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Bahia, em detrimento de municípios do Amazonas, do Acre, do Amapá, de Alagoas e de Rondônia, que estão entre os que apresentam menores índices de atendimento.

Há, ainda, o problema da baixa capacidade de investimento das companhias estaduais de saneamento, que respondem por

76% do mercado. Como muitas estão endividadas, não conseguem acesso a recursos no mercado para realizarem novos aportes na ampliação dos serviços, o que é agravado pela queda nos recursos da União. Isso se reflete no dado de que 26% dos municípios brasileiros não investiram em água e esgoto nos últimos anos e que, apesar do aumento das tarifas, muitas empresas públicas destinaram a receita extra para o pagamento de pessoal, e não para o atendimento à população.

As companhias estaduais são responsáveis por 76% do mercado do país e não conseguem recursos de investimento, pois dependem dos recursos da União. Além disso, ao avaliar as companhias, percebe-se constantes aumentos de tarifas, que não são revertidas em melhorias, mas sim em pagamento de pessoal.

“Temos abundantes evidências na literatura de finanças corporativas de que, não raro, as empresas entendem que o objetivo maior é atender às próprias demandas de seus funcionários. Não se trata de achar culpados, mas identificar o que fazer com os recursos disponíveis”, avalia Joisa Dutra. “Pelo menos, essa discussão evidencia um esforço sobre um tema que ganha cada vez mais importância. Uma reportagem na imprensa, um debate sobre o assunto e as pessoas começam a se sensibilizar para um quadro que está insustentável”, torce Joisa. ■



Fonte: SNIS (2017)

Nova fonte de financiamento

EM ACORDO COM A CNI, O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO – O BANCO DO BRICS – VAI ABRIR DOIS ESCRITÓRIOS NO BRASIL EM 2019



▲ Com sede em Xangai, o banco do BRICS terá escritórios de representação em Brasília e em São Paulo



O BRASIL terá, até o fim do ano, o primeiro Escritório Regional das Américas do Novo Banco de Desenvolvimento (New Development Bank – NDB), o chamado “banco do BRICS”. A proximidade física com a instituição deve estimular uma melhor utilização dos recursos disponíveis e que são, ainda, pouco aproveitados pelo país, principalmente pelo setor privado.

O acordo para a abertura do escritório foi firmado, em junho, pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, e o vice-presidente e chefe de operações do NDB, Xian Zhu. A cooperação será efetivada assim que o projeto for aprovado no Congresso Nacional. “Imaginamos que não haverá nenhum problema para a sua aprovação, pois é uma pauta muito positiva para o Brasil, que agrada tanto o governo atual quanto a oposição. Afinal, o banco foi criado na época do governo do PT”, explicou Fernanda Maciel, secretária-executiva do Conselho Empresarial do BRICS.



▲
Yana, do Ministério da Economia, diz que prioridade são empresas

A CNI disponibilizou os espaços onde funcionarão os dois escritórios do NDB durante os dois primeiros anos de operação do Banco no Brasil. Eles serão lotados nos prédios da CNI: no Edifício Armando Monteiro Neto, em Brasília, e na rua Surubim, em São Paulo. O escritório principal (*headquarter*) ficará na capital paulista e será dedicado ao setor privado, enquanto o espaço na capital federal será voltado para as relações governamentais. Uma das expectativas é que o banco ofereça financiamento na moeda local, em real, ao invés de utilizar o dólar, como é feito atualmente, a fim de dar mais segurança aos projetos em relação às flutuações cambiais.

Além da sede do banco, em Xangai (China), há apenas um outro escritório regional no mundo, situado em Johannesburg, na África do Sul. O Brasil será, portanto, o segundo país a abrigar um escritório de representação. “O banco tem uma estratégia de alcance global e também regional e pretende alcançar as Américas a partir do Brasil”, explica Yana Dumaresq, Secretária Especial Adjunta de Comércio

Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia. A partir de 2020, um brasileiro deverá assumir a presidência do banco para um mandato de cinco anos, que é rotativo.

Segundo o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, a principal área de sucesso do BRICS é justamente a cooperação financeira, celebrada com o estabelecimento do Novo Banco de Desenvolvimento, que já tem classificação de risco AA+ das agências Fitch e Standard and Poor's. “Porém, o Brasil ainda acessa pouco os financiamentos que a instituição oferece. No acumulado de 2016 a 2018, obteve menos crédito que China, Índia e Rússia, tanto em número de projetos quanto em valor desembolsado. Precisamos fazer melhor uso desse instrumento, sobretudo para investimentos em infraestrutura”, enfatiza Robson Braga de Andrade.

FINANCIAMENTOS VULTOSOS

O NDB foi criado em julho de 2014 para ser um banco de desenvolvimento multilateral de alcance global. Ele surgiu na sexta cúpula do BRICS, que foi realizada em Fortaleza, no Ceará. Assinaram o acordo de criação da instituição os então chefes dos países que formam os BRICS: os presidentes do Brasil, Dilma Rousseff; da Rússia, Vladimir Putin, da China, Xi Jinping, e da África do Sul, Jacob Zuma, além do alme o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi.

Com capital de US\$ 100 bilhões, o NDB é uma alternativa ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI), sobretudo para o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Segundo o estudo *Arquitetura Financeira Conjunta do BRICS: o Novo Banco de Desenvolvimento*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o déficit de investimentos em infraestrutura nos países em desenvolvimento está entre US\$ 1 trilhão ea US\$ 1,5 trilhão por ano.

O foco de atuação do NDB são projetos de inovação, de longo prazo e de alto risco,

que tenham impacto no desenvolvimento sustentável, como a criação de empregos e a sustentabilidade ambiental. Além disso, o banco incentiva a realização de projetos em conjunto com países-membros do BRICS.

Entre 2016 e 2018, o NDB aprovou 30 projetos, com valor total de US\$ 8,1 bilhões. Segundo a pesquisa do Ipea, quase um terço do valor se destinou a financiamentos no setor de transporte, enquanto 26% foram direcionados à energia limpa.

AUSÊNCIA DO SETOR PRIVADO

Durante os três primeiros anos de operação do banco, foram destinados US\$ 621 milhões ao Brasil, para quatro projetos, todos do setor público: um do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na área de energia renovável (eólica, solar e hidrelétrica), em 2017; um do Governo do Pará na área de esgotamento sanitário; um do Governo do Maranhão para a construção de estradas e a reconstrução de rodovia férrea; e uma refinaria da Petrobras – os três últimos em 2018. O Brasil, como um dos cinco acionistas do NDB, já aportou US\$ 1 bilhão até 2019 e

deverá destinar mais US\$ 1,050 bilhão para a instituição até 2022.

O setor privado brasileiro ainda não se beneficiou dos serviços do banco, apesar de existir a demanda. A secretária-executiva do Conselho Empresarial dos BRICS, Fernanda Maciel, atribui isso a uma falta de informação técnica e descarta qualquer relação com a qualidade dos projetos apresentados. Segundo ela, “as empresas privadas ainda têm um desconhecimento sobre o que é financiado pelo NDB”.

A opinião é compartilhada por Yana Dumaresq, do Ministério da Economia, que vê com bons olhos a aproximação do banco com o setor privado. “Diferentemente de outras instituições, o banco do BRICS tem um foco no setor privado. Estamos, portanto, na expectativa de que ele possa atuar nessa interface, que é realmente um diferencial”, opina a secretária. ■

“As empresas privadas ainda têm um desconhecimento sobre o que é financiado pelo NDB”

▲ **Fernanda Maciel**

secretária-executiva
do Conselho Empresarial
dos BRICS

▼
Fonte: New Development
Bank (<https://www.ndb.int>)

DESEMBOLSOS DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO

(Valores acumulados por país entre 2016 e 2018, em US\$ milhões)



►
Parlamentar diz que
25% dos gastos de
Belo Monte foram com
licenciamento ambiental



Licenciamento terá prazo contado

O EMEDEBISTA SÉRGIO SOUZA, MEMBRO DO GRUPO DE TRABALHO QUE REVÊ A LEGISLAÇÃO SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, DIZ QUE VÁRIOS ÓRGÃOS PASSARÃO A SER OUVIDOS DE FORMA CONSULTIVA E DECISÕES OCORRERÃO EM ATÉ 12 MESES

A CÂMARA dos Deputados pode aprovar, até o final de 2019, um projeto de lei que fixa em 12 meses o prazo máximo para concessão de licenças ambientais, afirma o deputado Sérgio Souza (MDB-PR), que integra um grupo criado para estudar a atualização da legislação de licenciamento ambiental. “Não tem como a lei dizer qual o prazo para todas as situações. Vamos determinar, no projeto, um prazo máximo e mínimo e depois o órgão competente regulamenta isso”, afirma. O Grupo de Trabalho do Licenciamento Ambiental foi criado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e é coordenado pelo deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), atual relator do PL 3729/04, que modifica regras para o licenciamento ambiental.

Quais são os principais pontos para atualizar a legislação ambiental? Hoje nós não temos leis que regulam isso. São feitos por lei de resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Nessas resoluções, todos os órgãos que porventura possam ter afinidade com o licenciamento são consultados, não têm prazo para responder e o seu parecer é vinculante, o que pode inviabilizar muitos projetos. Se o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) disser que, em algum momento, tem um artefato, um pedaço de tijolo onde se quer fazer um indústria e que aquele pedaço de tijolo pode ter 100 anos, isso aí pode inviabilizar a construção de uma indústria ou a concessão de um licenciamento para produção agropecuária.

Mas o que deve mudar? A nova lei de licenciamento desburocratiza e diz que esses órgãos são ouvidos como consultivos, meramente opinativos e terão um prazo para se manifestar. Então a ideia é você agilizar o processo de licenciamento para que possa sair num prazo o mais curto possível. Hoje um licenciamento pode durar de 10 a 12 anos e pode custar um percentual de um empreendimento gigante. O licenciamento para Belo Monte, por exemplo, custou 25% do empreendimento. Olha o tamanho daquela usina; é uma das maiores do país nos últimos anos: 25% somente para o licenciamento? Isso encarece todo o custo da energia de produção. Então nós precisamos fazer uma legislação que dê segurança ao empreendedor, que diga de maneira rápida se ele pode ou não fazer aquele empreendimento naquele local e para que ele não fique 10 anos esperando. O país não pode esperar também.

Há algum consenso no Congresso sobre o prazo para essa lei? Foi formado um grupo de trabalho e ele pretende, ainda neste semestre, colher todas as informações e fazer um texto. A partir desse texto vamos buscar convergência para os principais pontos. Se não conseguirmos, vamos ter que ir a voto. Pretendemos, do ponto de vista legislativo, deixar pronto logo após o

retorno do recesso de meio de ano do Congresso. Mas, por se tratar de uma legislação sensível e que tem muita ideologia por trás disso, pode demorar um pouco mais, mas a intenção é aprovarmos a nova lei de licenciamento ambiental ainda este ano.

Em relação às diferentes instâncias (federal, estadual e municipal), o que pode mudar? Então, as instâncias continuam as mesmas. A lei já diz quem tem competência para licenciar sobre o quê. No entanto, às vezes há uma interpretação divergente por alguns, principalmente por aqueles que são ideológicos ou que apresentam dificuldade para vender facilidade. Infelizmente é muito comum no Brasil. A nova lei desburocratiza. Ela deixa isso muito claro, que se o órgão ambiental competente não fizer em determinado tempo, o empreendedor pode fazer o seu empreendimento porque houve uma inércia do órgão ambiental. Então vamos definir isso nos debates aqui no Parlamento: qual será o prazo mínimo para se fazer um licenciamento.

De quanto deverá ser esse prazo mínimo? Isso depende do empreendimento. Se você for licenciar uma hidrelétrica do tamanho do Belo Monte, ela precisa de um prazo, mas se você vai licenciar para fazer um alojamento de frango, de suíno ou uma indústria química, é um outro prazo. Já uma indústria para artefatos de cimento é outro prazo. Eu acho que temos que saber regular na legislação os prazos mínimos e máximos para cada situação e peculiaridade. Lógico que vai ficar ainda por conta do órgão regulador definir algumas situações dessas, mas a base vamos colocar na legislação. Não tem como a lei dizer qual o prazo para todas as situações. Vamos determinar, no projeto, um prazo máximo e mínimo e depois o órgão competente regulamentar isso, podendo ser o próprio Conama.

Quais serão os novos prazos para a concessão do licenciamento? A ideia é que, por mais complexo que seja, o licenciamento não demore mais de um ano. Belo Monte demorou mais de 10 anos. ■

Investimentos frustrados

EM 2018, METADE DAS GRANDES INDÚSTRIAS NÃO CONSEGUIU REALIZAR INVESTIMENTOS CONFORME PLANEJADO, DIZ PESQUISA. NESTE ANO, EMPRESAS FOCAM NA MELHORIA DE PROCESSOS PRODUTIVOS

A tão esperada retomada do crescimento não veio e frustrou a indústria nacional. O número de empresas que fez algum tipo de investimento em 2018 foi de 75%, seis pontos percentuais abaixo dos 81% que planejavam investir.

Entre as empresas que investiram, metade (51%) não conseguiu realizar os projetos conforme planejado. Dessas, 38% realizaram os investimentos apenas parcialmente, 9% adiaram os projetos para 2019 e 4% cancelaram ou adiaram para depois de 2019. As informações são da pesquisa anual *Investimentos na Indústria*, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

“A maior parte dos investimentos é financiada com capital próprio das empresas. Como elas estão com situação financeira mais debilitada do que em anos anteriores, o investimento ficou prejudicado”, afirma o gerente-executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco.

O levantamento mostra que, entre as empresas que investiram, a maioria (56%) destinou recursos para a continuação de projetos anteriores, enquanto 44% os aplicaram em novos projetos. O principal objetivo dos investimentos no ano passado foi a inovação: 53% das empresas aplicaram recursos na melhoria ou na modernização dos processos produtivos e em novos produtos. Dessas, 36% investiram na melhoria dos processos produtivos, 13% buscaram a introdução de novos produtos e 4% aplicaram recursos em novos processos de produção. Além

disso, 28% investiram no aumento da capacidade de produção, o maior número registrado desde 2012.

Alguns elementos da estrutura de financiamento também estão se ajustando. A participação dos bancos privados no financiamento dos investimentos das indústrias de grande porte aumentou de 8% para 13% no ano passado. No mesmo período, a fatia dos bancos públicos de desenvolvimento recuou de 10% para 7%. Conforme o levantamento, 75% dos investimentos feitos em 2018 foram financiados pelo capital próprio das empresas, o mesmo percentual de 2017 e semelhante à fatia de 72% registrada em anos anteriores.

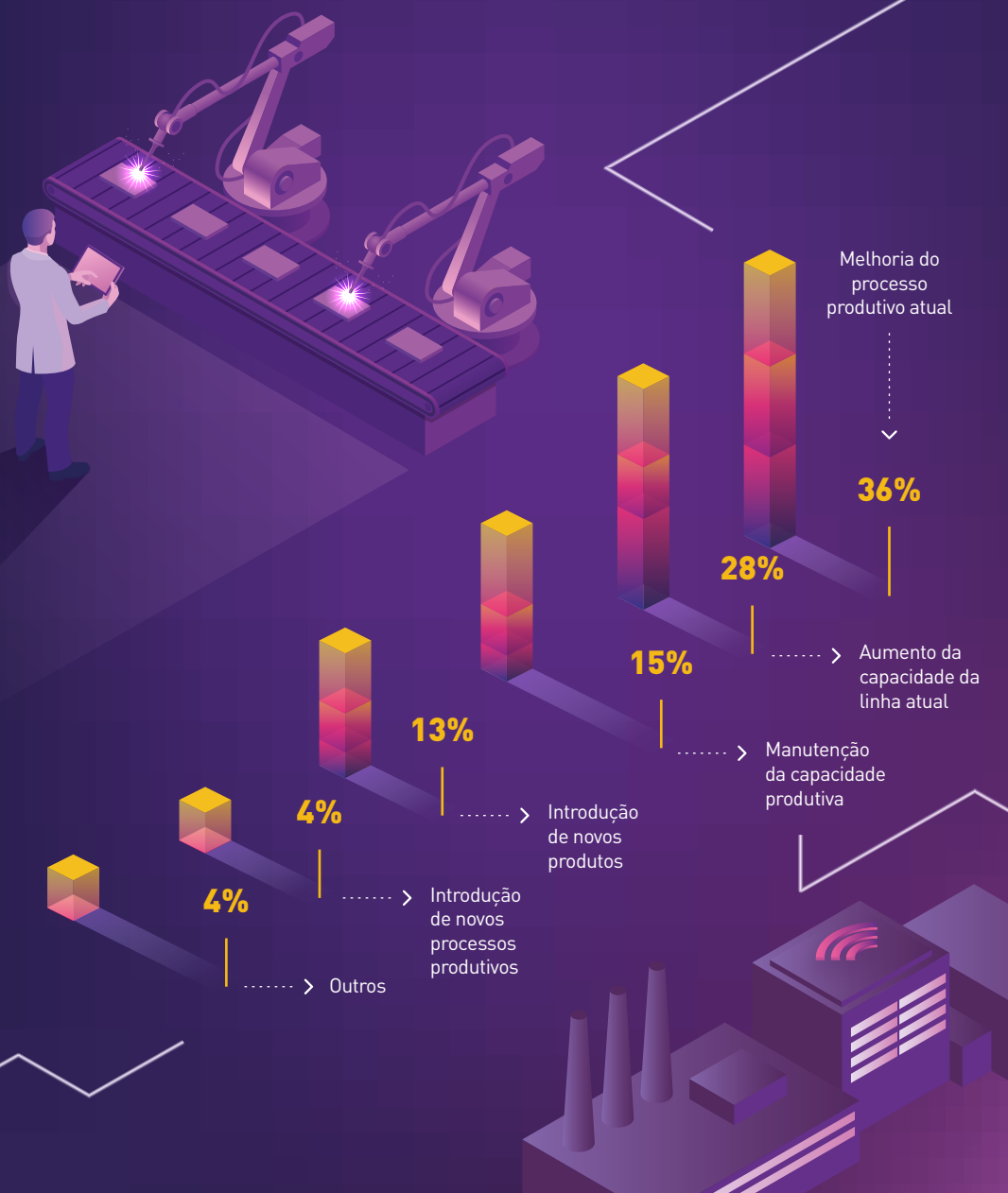
PLANOS PARA 2019

As expectativas para este ano são positivas. Oito em cada dez indústrias de grande porte planejam investir em 2019. O número é praticamente igual aos 81% registrados no ano passado, mas está muito acima dos 67% de 2017 e dos 64% de 2016.

O principal objetivo das empresas que pretendem investir em 2019 é a melhoria dos processos produtivos, o que demonstra sua preocupação com a eficiência e a competitividade. A melhoria dos processos produtivos ficou em primeiro lugar, com 36% das assinalações. Em seguida, com 22% das respostas, aparece o aumento da capacidade instalada e, em terceiro lugar, com 17% das menções, a introdução de novos produtos. ■

>> PRINCIPAL OBJETIVO DO INVESTIMENTO EM 2018

Percentual (%) do total de empresas que investiram no ano passado



Fonte: CNI / Investimentos
na Indústria
- junho de 2019

Termômetro

AUMENTA ATIVIDADE INDUSTRIAL

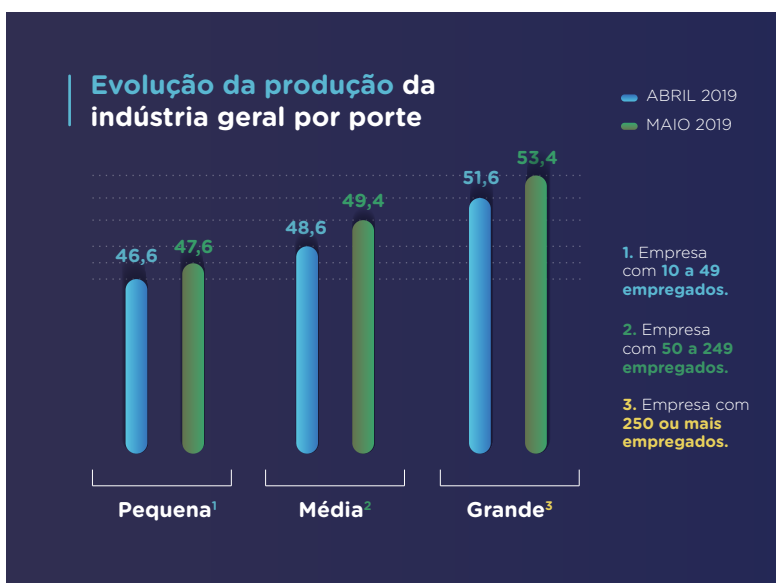
A pesquisa *Indicadores Industriais*, da CNI, mostra que a atividade industrial cresceu em abril: a utilização da capacidade instalada aumentou 0,6 ponto percentual frente a março e atingiu 77,8%, o maior índice desde agosto do ano passado, na série livre de influências sazonais. Por sua vez, as horas trabalhadas na produção cresceram 1,1% e o faturamento teve alta de 3,3% em abril ante março.



▲Fonte: CNI / *Indicadores Industriais* - abril de 2019

PRODUÇÃO CRESCE

A produção da indústria brasileira aumentou em maio. O indicador de evolução da produção subiu para 50,9 pontos no mês e o nível de utilização da capacidade instalada cresceu 1 ponto percentual em relação a abril, chegando a 67%, maior percentual para o mês dos últimos quatro anos. A *Sondagem Industrial* da CNI mostra que, mesmo com o acúmulo de estoques, os empresários de todos os portes de empresas mantêm expectativas de crescimento da demanda, do emprego, das exportações e da compra de matérias-primas.



▲ Fonte: CNI / *Sondagem Industrial* - junho de 2019

Econômico



CUSTOS DA INDÚSTRIA CAEM

O *Indicador de Custos Industriais* diminuiu 1% no primeiro trimestre deste ano em relação ao quarto trimestre de 2018, na série livre de influências sazonais. Foi a maior queda do indicador desde o segundo trimestre de 2016, segundo estudo da CNI. A queda no custo industrial foi puxada pela retração de 2,7% nos custos com bens intermediários nacionais e importados, usados na fabricação de outros produtos.

CONFIANÇA DOS EMPRESÁRIOS TEM LEVE ALTA

Depois de quatro quedas consecutivas, o *Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI)* subiu 0,4 ponto em junho frente a maio, alcançando 56,9 pontos, puxado pelo aumento do otimismo em relação ao desempenho das empresas e da economia nos próximos seis meses. O índice deste mês é 7,3 pontos superior ao de junho do ano passado, quando o otimismo dos empresários foi fortemente afetado pela greve dos caminhoneiros.



▲ Fonte: CNI / *Índice de Confiança do Empresário Industrial* - junho de 2019

*Valores acima de 50 pontos indicam confiança do empresário. Quanto mais acima de 50 pontos, maior e mais disseminada é a confiança.

1º trimestre de 2019 X 4º trimestre de 2018



INDICADOR DE CUSTOS INDUSTRIAIS	-1,0%
Índice de custo com bens intermediários	-2,7%
Índice de custo com produção	-2,0%
Índice de custo tributário	+3,3%
Índice de custo com capital de giro	+2,0%
Índice de custo com energia	+1,0%
Índice de custo com pessoal	+0,1%

▲ Fonte: CNI / *Indicador de Custos Industriais*
- junho de 2019

Giro Brasil

CONFIANÇA DE INDUSTRIAL GAÚCHO CAÍ

► O *Índice de Confiança do Empresário Industrial gaúcho (ICEI/RS)*, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), no último dia 25 de junho, caiu ao menor nível dos últimos oito meses. Passou de 57,7 pontos para 55,8 entre maio e junho. No entanto, apesar da queda, o sentimento positivo permanece, pois o indicador varia de 0 a 100 e, acima de 50 pontos, a demonstração é de otimismo. Na análise do presidente da FIERGS, Gilberto Porcello Petry, a diminuição na confiança está associada ao fato de que as ações do novo governo ainda não surtiram os efeitos esperados para a retomada do setor industrial, que segue com a ociosidade elevada.



F: gettyimage

Revista Indústria Brasileira ► abril 2019



F: José Paulo Lacerda

SENAI-CE E ENEL INVESTIRÃO R\$ 10 MILHÕES EM CENTRO DE TREINAMENTO

◀ O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Ceará (SENAI-CE) e a Enel, companhia distribuidora de energia elétrica no estado, firmaram convênio para investir R\$ 10 milhões no Centro de Treinamento Avançado em Rede de Distribuição de Energia. Os objetivos são formar profissionais para atuar nos mais modernos tipos de energia e requalificar os colaboradores da Enel. O centro ocupará uma área de 14 mil m², oferecerá 15 cursos diferentes e poderá capacitar até 2 mil alunos por ano. A previsão é que os cursos tenham início no segundo semestre de 2019. O modelo será o mesmo existente na cidade de Áquila, na Itália, sede da Enel.



INDÚSTRIA PARANAENSE PROMOVE ENCONTRO PARA REFUGIADOS

▼
O Paraná é o terceiro estado do Brasil que mais acolhe imigrantes e refugiados, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparades). Entre 2013 e 2016, mais de 400 mil imigrantes chegaram ao país e o estado recebeu cerca de 17 mil pessoas. Por isso, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) promoveu, no último 2 de julho, o *Fórum Empresarial de Empregabilidade e Empreendedorismo para Refugiados e Migrantes*. O objeto é sensibilizar o setor produtivo da importância de acolher, qualificar e oferecer oportunidades de trabalho e empreendedorismo para os estrangeiros. A programação contou com palestras, painéis de boas práticas e o lançamento regional da plataforma *Empresas com Refugiados*, promovida pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e pela Rede Brasil do Pacto Global.



F: gettyimage

ESCOLAS DO SESI-MG FICAM EM PRIMEIRO LUGAR NOS MUNICÍPIOS, SEGUNDO IDEB

As escolas do Serviço Social da Indústria (SESI) de Minas Gerais se destacaram no *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e Sistema de Avaliação da Educação Básica* (Ideb/Saeb). Segundo o levantamento mais recente, as escolas do SESI-MG foram referência nos municípios participantes e ficaram em 1º lugar na avaliação em 14 cidades mineiras. A rede SESI-MG obteve pontuação média de 6,5 – mais alta que as redes privada e estadual de Minas Gerais. A nota também é maior que a média brasileira (5,5). O Ideb é um índice do Ministério da Educação que, desde 2005, avalia a qualidade das escolas, com divulgação a cada dois anos. O SESI participou na categoria 3º ano do ensino médio.

INDUSTRIAIS GOIANOS RECEBEM COMITIVA ÁRABE

Investidores árabes e empresários goianos se reuniram, no último dia 26 de junho, na sede da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG). O objetivo do encontro foi o de fomentar as relações comerciais árabes com o Brasil, especialmente com o Centro-Oeste. Segundo dados apresentados pelos representantes dos Emirados Árabes, o Brasil exporta US\$ 2 bilhões/ano para a região, sendo açúcar, carnes e ferro os principais produtos. Em compensação, o país latino importa US\$ 561 milhões, com destaque para produtos químicos, enxofre e tabaco. A comitiva estrangeira informou, ainda, que possui US\$ 4,3 bilhões no Fundo Abu Dhabi para o Desenvolvimento, com capacidade para financiar projetos em setores estratégicos ligados à infraestrutura e ao agro-negócio. Com 48 anos, o fundo já financiou mais de 600 iniciativas em 88 países diferentes.

► A cidade russa de Kazan receberá equipes de 60 países que disputarão a olimpíada das profissões





Treino intenso na reta final

DELEGAÇÃO BRASILEIRA AJUSTA OS ÚLTIMOS DETALHES PARA EMBARCAR RUMO À PRINCIPAL COMPETIÇÃO DE ENSINO PROFISSIONAL DO MUNDO

A elite do ensino profissional mundial se reúne, a partir do dia 22 de agosto, para a maior competição do gênero: a *WorldSkills*. A edição de 2019 ocorre em Kazan, na Rússia, e conta com mais de 60 países participantes. Ao todo, são 1.600 competidores em 56 ocupações. A delegação brasileira embarca com a responsabilidade de manter o Brasil no topo da competição. Em 2017, em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes, o país ficou em 2º lugar. Dois anos antes, em São Paulo, conquistou o 1º lugar do ranking.

Para a edição de 2019, o Brasil enviará 63 competidores e terá representação em todas as modalidades. A maioria dos participantes brasileiros, 56, foi formada e treina no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Nas ocupações ligadas a comércio e serviços, são sete competidores do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). Para chegar à composição da delegação, os competidores passaram por cuidadoso processo seletivo em etapas estaduais e nacionais.

O segredo da boa atuação brasileira no mundial é o treino de alta performance pelo qual os competidores são submetidos. No caso do SENAI, boa parte da delegação chegou de 12 estados diferentes para treinar em Brasília, no início do mês de janeiro, e está há mais de seis meses vivendo uma rígida rotina de treinos, que conta com alimentação balanceada, exercícios físicos, acompanhamento psicológico e preparação técnica. Ao longo do treinamento, os competidores ainda puderam participar de amistosos em outros países para terem referências internacionais da modalidade que vão disputar.

A um mês do início do torneio internacional, os competidores trabalham os pontos frágeis para melhorar a performance até o mundial. “A gente percebeu uma evolução da equipe nesse tempo de preparação. Na minha avaliação, faltando 30 dias, eles estão a 80% do que esperamos. Nessa reta final, vamos focar para chegar a 100%”, analisa José Luís Leitão, delegado técnico da *WorldSkills* no Brasil.

Ao longo do treinamento, os participantes foram submetidos a avaliações e dois

importantes simulados de índice: um feito em abril e o outro, em junho. Esses simulados servem como parâmetro para saber se os competidores estão no nível internacional. A meta é 85% de aproveitamento. “Os simulados e as avaliações servem para analisarmos o progresso dos competidores”, explica Danilo Shimoda, *team leader* da delegação brasileira. O simulado feito em junho foi um dos mais decisivos porque, a partir dele, uma comissão, composta por integrantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e das federações industriais estaduais, analisou quais competidores tinham chances reais de competição em um mundial.

HORA DE CORRIGIR ERROS

Na reta final, ansiedade é o sentimento de Gabriele Raiser, 19 anos. Ela vai representar o Brasil na modalidade Vitrinismo. “Ao mesmo tempo em que eu quero que chegue logo a *WorldSkills*, eu não quero que chegue. Porque já tem o cansaço da rotina maçante de treinos, mas parece que ainda tem muita coisa para treinar e que um mês é pouco tempo”, brinca. A catarinense de Blumenau é uma das apostas brasileiras para trazer medalhas do mundial – em 2017, o Brasil ficou em 6º lugar na categoria; em 2015, em 4º; e em 2013 conquistou o bronze.

Nesses últimos períodos de treinamento, Gabriele está focando na repetição das provas para aumentar a habilidade. “Ganhei muita técnica nesse período de treinamento”, conta. A competidora deverá executar a prova em quatro dias. A equipe avaliadora deve passar a marca, a mensagem e materiais surpresa para ela desenvolver a vitrine. “Depois de seis meses de trabalho, eu gosto mais da Gabriele de agora. Antes eu não estava muito preocupada com nada”, compara a jovem.

Victor Iglesias, 20 anos, vai representar o Brasil na categoria Joalheria, modalidade na qual o Brasil vem se destacando – desde a edição de 2009, o país sempre ganhou medalhas. Além da pressão por resultados, durante uma parte do período de treinos, Victor esteve preocupado com as alterações da edição de 2019. Neste ano, além de confeccionar a joia, o competidor terá que fazer

▼
Treino nos últimos meses foi intenso e incluiu preparação física, nutricional e psicológica

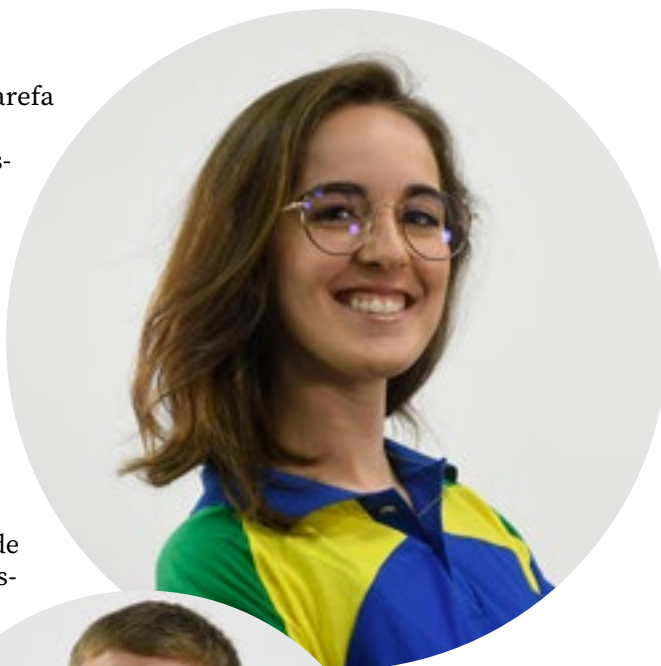


um esboço do desenho com vista superior e lateral, tarefa inexistente nas versões anteriores.

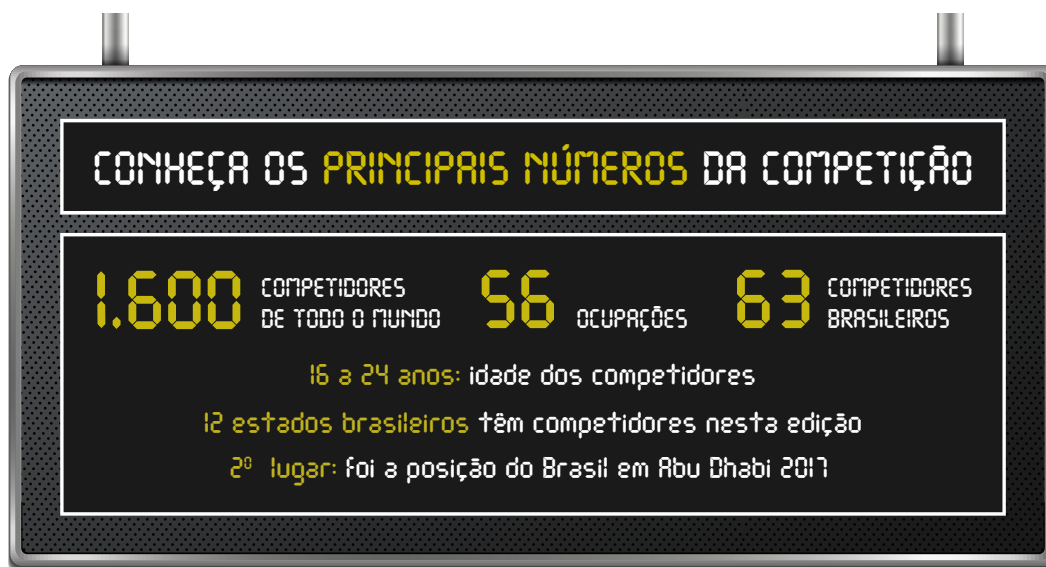
No entanto, a participação em um amistoso na Austrália ajudou Victor a ficar mais tranquilo e a desvendar o que o espera em Kazan. “A partir da Austrália, a gente passou a ter uma direção de como o esboço seria cobrado”. Nesses seis meses de treinamento, Victor não tem dúvidas sobre o avanço pessoal e profissional. “Eu evolui bastante. Não tenho dúvidas de que vou para brigar pelo ouro”.

O paranaense Thiago Salkovski, 22 anos, chegou para os treinos em Brasília em abril, três meses depois que o restante da delegação. Só então ficou definido que a categoria Tecnologia da Água teria representante brasileiro. A modalidade é nova na competição. Na edição de 2017, em Abu Dhabi, houve uma versão apenas demonstrativa. Para não perder tempo, Salkovski focou nos treinos e acredita que conseguiu notas boas no último simulado realizado, o que deve repercutir no mundial.

Nessa modalidade, a prova tem módulos de Química, Automação e Mecânica. Durante a avaliação, Thiago deve fazer uma etapa virtual, que simula, por exemplo, uma estação de tratamento de água. Lá, ele deve detectar um problema. Na sequência, já na realidade, deve resolver a questão encontrada. “Em Curitiba, onde eu estudei e comecei os treinos, o foco era mais na parte química; aqui no treinamento aprendi a parte mecânica e de automação. No centro de treinamento tem mais estrutura e professores muito bons. Tenho certeza de que vou trazer alguma medalha”, diz, confiante. ■



▲ Gabriele e Victor irão representar o país nas áreas de Vitrinismo e Joalheria





O saneamento não pode esperar

PERCY SOARES NETO

▲
diretor executivo da
ABCON (Associação
Brasileira das
Concessionárias Privadas
de Serviços Públicos de
Água e Esgoto).

►
A opinião de
artelistas convidados
não necessariamente
reflete à da CNI.

OS NÚMEROS do saneamento impressionam. Em 2019, metade da população brasileira não tem acesso a tratamento de esgoto e mais de 35 milhões de pessoas não têm acesso a água nas torneiras. A falta de saneamento deixa mais de 100 milhões em precárias condições de vida, homens e mulheres expostos a doenças que tiram mãos do trabalho e crianças da escola e aumentam as filas do SUS (Sistema Único de Saúde). A falta de saneamento mata lenta e silenciosamente, agredindo com mais impacto a população mais carente.

Levar saneamento para a população gera empregos e um importantíssimo impulso na economia por meio do aquecimento dos setores da construção civil, de máquinas e equipamentos, do aço, da química, de tubos e conexões, entre tantos outros. Todos esses setores sofrem com o cenário recente do país, quando escassos foram os projetos de grande porte em infraestrutura.

Estudo realizado neste ano pela KPMG aponta déficit de investimentos da ordem de R\$ 497 bilhões para universalizar o saneamento nos próximos 14 anos no país – R\$ 35,5 bilhões/ano –, três vezes o investimento realizado em 2017. Recursos públicos não conseguirão atender nem a uma terça parte dessa demanda. Os últimos dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) mostram que os investimentos estão em queda: entre 2016 e 2017, passaram de R\$ 11,7 bilhões para R\$ 10,9 bilhões.

A operação dos serviços pela iniciativa privada – hoje presente em apenas 6% dos municípios, mas responsável por 20% de todo o investimento do país em saneamento – é alternativa que poderá ser estimulada para acelerar investimentos e cobrir o déficit do saneamento. É importante lembrar que as tarifas praticadas pelos operadores privados são, em média, apenas 3% mais elevadas que as tarifas de companhias estaduais.

Modernizar o marco regulatório do setor é urgente. Mais competição, regulação estruturada e garantia de ganhos de escala são pilares dos textos em discussão no Congresso Nacional. Ancorado nesses pilares, o moderno setor de saneamento trará inovação e eficiência para a prestação dos serviços, associados a um fluxo estruturado de investimentos.

A concorrência no setor é saudável e permitirá que boas companhias – públicas e privadas – mostrem que são eficientes e capazes de levar o melhor serviço para a população. O medo de mudar não nos fará avançar e levar os serviços a quem precisa. A equação do saneamento é de ganha-ganha: melhora o serviço, melhora a saúde e aquece a economia. ■

SESI viva+

MAIS INTELIGÊNCIA.
MAIS SAÚDE.
MAIS RESULTADOS.

**CONTE COM UMA
PLATAFORMA COMPLETA
EM GESTÃO DE SST.**

Problemas relacionados a Segurança e Saúde no Trabalho trazem muitas despesas para a indústria. Pensando nisso, o SESI criou uma plataforma digital para a gestão de programas e serviços voltados para a saúde e segurança na indústria: o **SESI Viva+**. É a solução completa para a sua empresa reduzir gastos com despesas legais e aumentar o rendimento da equipe.

Conheça o **SESI Viva+**. A plataforma que sua empresa precisa para reduzir os custos e aumentar os resultados.

SAIBA MAIS EM:

 sesivivamais.com.br

 0800 0713010

 atendimento@sesivivamais.com.br

 /SESiNacional

 /company/sesi-nacional

 /sesi

SESI

PELO FUTURO DO TRABALHO



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA